

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

ALINE CORAIM

**ESTUDO HISTÓRICO DA ESCOLA SENAI “CONDE
ALEXANDRE SICILIANO”: DAS ORIGENS A 1961.
MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (SP).**

**CAMPINAS
2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

ALINE CORAIM

**ESTUDO HISTÓRICO DA ESCOLA SENAI “CONDE
ALEXANDRE SICILIANO”: DAS ORIGENS A 1961.
MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (SP).**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado na Faculdade de Educação
da UNICAMP para obtenção do título de
Licenciatura em Pedagogia orientado
pelo Professor Titular José Luís
Sanfelice.

**CAMPINAS
2012**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

- C81e Coraim, Aline, 1989-
 Estudo histórico da escola SENAI "Conde Alexandre
 Siciliano" : das origens a 1961. Município de Jundiaí (SP) /
 Aline Coraim. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.
- Orientador: José Luís Sanfelice.
 Trabalho de conclusão de curso (graduação) –
 Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
 Educação.
1. SENAI. 2. História da educação. 3. Educação para
 o trabalho. 3. Instituições escolares. I. Sanfelice, José Luís.
 II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
 Educação. III. Título.

12-274-BFE

*Dedico este trabalho aos meus amados pais, Cida e Carlos,
A minha querida irmã Juliana,
Ao sempre companheiro Guilherme.*

*Pessoas muito importantes em minha vida, que contribuíram para minha formação
humana e acadêmica.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado o dom da vida e estado comigo em todos os momentos dela.

Agradeço aos meus pais, Cida e Carlos, pelas condições materiais para esta graduação, por sempre estarem comigo e por todo o amor a mim dado. Também a minha irmã Juliana, por sua amizade e incentivo e ao Guilherme pelo apoio e companheirismo desde que o conheci.

Aos professores que me formaram, meus sinceros agradecimentos, em especial ao orientador desta pesquisa, professor José Luis Sanfelice, pela formação acadêmica e ética que me proporcionou sempre com muito carinho e atenção.

Agradeço aos amigos que encontrei realizando esta graduação, principalmente a Lidiany Godoi, segunda leitora deste trabalho.

À instituição SENAI de Jundiaí “Conde Alexandre Siciliano”, principalmente ao apoio dado pelo diretor, Sr. Alexandre Barreto e a bibliotecária Lúcia que mostraram ser possível a pesquisa nesta instituição.

Agradeço também aos que contribuíram para o acesso aos acervos desta pesquisa, além da própria instituição SENAI, a Biblioteca Pública Municipal Prof. Nelson Foot, ao Ricardo e ao Museu Solar do Barão e também ao sr. Aparecido Marcucci, ex-aluno da instituição que me proporcionou conhecer uma história vivida por ele.

Agradeço também à FAPESP pelo apoio financeiro a esta pesquisa.

A todos, meu muito obrigado por proporcionarem este tão rico aprendizado!

“Nada é natural, a não ser a própria natureza. Pela história, comprovamos como as estratégias foram montadas para que chegássemos ao ponto onde estamos hoje na Educação. Somos sujeitos de nossa própria história. As coisas acontecem por conta de nossa intervenção ou não intervenção.”

José Luís Sanfelice

RESUMO

A pesquisa sobre instituições escolares vem crescendo no meio acadêmico, sobretudo desde os anos 1990. Nosella e Buffa (2009) demonstram a sua relevância atual no âmbito da história da educação.

A escola SENAI de Jundiaí “Conde Alexandre Siciliano” foi a escolhida para a pesquisa por sua relevância histórica no ensino profissional da cidade e nacionalmente. O ensino técnico profissional no contexto da cidade de Jundiaí aponta para a possibilidade de várias investigações sobre a industrialização, sobre o modelo de trabalho exigido por ela, bem como a formação do próprio trabalhador. É nesse quadro que a pesquisa situará as origens da instituição SENAI e seus primeiros anos de funcionamento.

O processo de industrialização da cidade de Jundiaí relaciona-se, é claro, com o processo de industrialização do país. A pesquisa levará em conta as relações do local com o nacional, mas se distinguirá pela busca de evidenciação das especificidades do SENAI - Jundiaí e da própria cidade. As perguntas que orientam a pesquisa são sobre a fundação local da instituição, a sua estrutura organizacional, o seu modelo de ensino/aprendizagem e a cultura escolar desenvolvida no período de 1944 à 1961. Espera-se contribuir para com a história das instituições escolares e a própria história do Município.

Palavras - chaves: História da Educação, formação para o trabalho, instituições escolares, SENAI, Jundiaí/SP.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	9
INTRODUÇÃO	10
JUSTIFICATIVA.....	14
OBJETIVOS.....	16
METODOLOGIA	18
Capítulo 1: CONTEXTUALIZAÇÕES HISTÓRICAS	19
1.1 Os Anos 1930 aos 1960 no Brasil.....	19
1.2 Contextualização histórica da cidade de Jundiaí (SP)	33
Capítulo 2: O SENAI (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL) NACIONAL E LOCAL.....	37
2.1 A instituição SENAI	37
2.2 Instituição SENAI de Jundiaí “Conde Alexandre Siciliano”	45
• Por que Jundiaí foi escolhida como uma das cidades para ter o SENAI já no primeiro ano de funcionamento da instituição?	45
• Havia municípios vizinhos que também foram atendidos?	49
• Como a sociedade de Jundiaí viu o SENAI?.....	50
• Havia parcerias sociais ou políticas?	54
• Qual era o interesse dos industriais da cidade na formação da mão-de-obra naquela época? Quais eram as indústrias da cidade à época?	56
• Quais eram as empresas, colaboradoras, vinculadas ao SENAI na época estudada?	56
• Onde ficavam as instalações do SENAI? Como foi feita a escolha da sua localização?	60
• Como era a infraestrutura do prédio do SENAI?	60
• Quem foi o primeiro diretor? Qual é sua história?	64
• Como se dava a contratação dos professores e funcionários?.....	65
• Qual era o critério para os ingressantes? Havia algum tipo de seleção?.....	66

• Quais foram os primeiros cursos oferecidos e como foram organizados?...	68
• Qual era a metodologia usada para o aprendizado?	69
• Os cursos neste período eram destinados para ambos os sexos?	74
• Quais eram as necessidades educacionais desta cidade em 1944?	76
• As políticas da cidade sobre o ensino técnico e profissional se relacionavam com as políticas nacionais?	77
• Os pais dos aprendizes possuíam algum tipo de vínculo com a indústria? Qual a origem social dos aprendizes nestes primeiros anos de funcionamento?	77
• Com quantos alunos o SENAI iniciou suas atividades e qual foi a expansão no período estudado?	78
• Quais eram as taxas de evasão e repetência escolar do período?.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
FONTES PRIMÁRIAS.....	86
Jornal “A COMARCA”	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
ANEXO 1.....	93
Documentação Iconográfica (Arquivo SENAI “Conde Alexandre Siciliano”)	93

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Matriculados em 1947	79
Figura 2. Matriculados em 1948	79
Figura 3. Matriculados em 1949	80
Figura 4. Expansão de matriculados no curso de aprendiz de ofício (CAO)	80
Figura 5. Porcentagem de Evasão	82

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso teve início em meados de 2010, data do primeiro contato com o professor José Luis Sanfelice, orientador desta pesquisa. Quando procurado a temática ainda não se colocava, só existia a certeza que seria uma pesquisa histórica até então.

Decidiu-se começar pela leitura da história do ensino profissional no Brasil, um tema interessante. Além dos estudos na faculdade, a pesquisadora realizou um curso técnico no Centro Paula Souza e algumas perguntas indagavam-na: Como deve ser a formação do técnico? Porque o ensino técnico é mais aspirado pelas camadas populares? O ensino técnico deve ser propedêutico ou finalista? Afinal, qual é a finalidade deste ensino?

Ao realizar-se a leitura da trilogia de Luiz Antonio Cunha sobre o ensino profissional no Brasil, uma instituição chama a atenção: O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Começando a estudá-lo, foi possível reconhecer sua importância na História da Educação brasileira, seu sucesso no ensino profissional industrial e imediatamente a vontade de saber mais sobre essa instituição tão consagrada.

Em uma das orientações com o professor José Luis, foi dito da possibilidade de ser realizada uma pesquisa histórica da instituição profissional que chamava a atenção da cidade onde reside a pesquisadora (Jundiaí - SP). Desde então, estava decidido o tema, um estudo histórico da instituição SENAI de Jundiaí “Conde Alexandre Siciliano”. Nas próximas reuniões com o professor ficou decidido também o recorte histórico, de sua criação em 1944 a 1961, considerando que o tempo de pesquisa delimitado para uma monografia de final de curso impossibilitaria realizar

um estudo de toda a trajetória da instituição, com seus mais de 50 anos de existência.

Decidido o tema, havia pela frente mais uma trajetória de procura: as fontes históricas que possibilitariam a construção da história da instituição. No final do ano de 2010 começou-se, então, a procura na cidade de Jundiaí por locais que poderiam ter algum acervo sobre o SENAI.

Foram realizadas buscas nos jornais locais, mas descobriu-se que eles são recentes historicamente e não existiam na época de criação da instituição. Foram realizadas também visitas à Câmara Municipal, à Cúria Diocesana, ao Gabinete de Leitura Rui Barbosa e não foi encontrado nenhum acervo sobre a instituição. Quando da visita à Biblioteca Pública Municipal Prof. Nelson Foot em busca de acervos, as esperanças começaram a ficar maiores. Lá foram encontradas reportagens que contavam um pouco da história da instituição e documentos sobre a vida de Nelson Foot, que foi o primeiro diretor do SENAI de Jundiaí. Foi lá que sugeriram realizar uma visita ao Museu Municipal Solar do Barão.

No museu da cidade foram encontradas fontes primárias de grande auxílio para a pesquisa, como os exemplares do jornal referente a época de criação da instituição: “A Comarca”. Foi feito então, uma varredura nos jornais de 1943 e 1944, bem como o levantamento de livros importantes para a pesquisa referente à história de Jundiaí.

Faltava, porém, ir a um lugar de suma importância para o início dos trabalhos, a própria instituição SENAI de Jundiaí “Conde Alexandre Siciliano”. O primeiro contato foi feito no final de 2010 e infelizmente a recepção não foi como esperada. Uma série de atendentes fazia parecer impossível alguma esperança em realizar a pesquisa na instituição. Porém, foi com o apoio do orientador desta pesquisa que a

decisão do tema foi mantida. E foi com esta persistência e esperança que conseguiu-se depois de algum tempo o telefone do diretor do SENAI, o Sr. Alexandre Barreto. Após contatá-lo foi marcada uma reunião e, neste dia, foi apresentado o projeto de pesquisa. O diretor se mostrou muito receptivo com a pesquisa, mostrou toda a instituição à pesquisadora pessoalmente em um sábado de manhã e também autorizou a pesquisa nos arquivos históricos da instituição.

Começado os estudos na instituição e, com a ajuda da bibliotecária Lucia fez-se uma varredura nos arquivos históricos referentes aos anos de pesquisa, que foram primordiais para o trabalho que aqui se apresenta.

Outro acréscimo importante para esta pesquisa foi o contato com um ex - estudante do SENAI da turma de ajustadores do ano de 1958, o Sr. Aparecido Marcucci. O contato realizado com o Sr. Marcucci aconteceu em sua casa, para tentar-se saber um pouco mais sobre a instituição a partir de alguém que a viveu. E a experiência foi enriquecedora, a recepção foi muito calorosa por parte do Sr. Aparecido e sua esposa, Cida, que contaram tudo o que se lembravam de mais marcante sobre sua trajetória na instituição, como, por exemplo, varrer o chão da oficina quando desobedeciam as regras impostas.

Foi deste modo que a pesquisa foi se delineando, primeiramente com a pesquisa de campo nas fontes primárias dos jornais “A Comarca” e posteriormente com a pesquisa de campo na biblioteca do SENAI nos arquivos históricos, juntamente com a entrevista do Sr. Aparecido Marcucci que ajudaram em uma melhor compreensão dessa instituição.

Posteriormente, com as fontes primárias em mãos iniciou-se o processo de seleção e análise delas e começou-se a escrita da narrativa histórico-crítica da

instituição SENAI de Jundiaí “Conde Alexandre Siciliano”, com o auxílio de bibliografia histórica pertinente.

A narrativa sobre a instituição deu-se a partir de um conjunto de questões relacionadas a ela, desde sua estrutura organizacional até como a sociedade de Jundiaí reconheceu-a. Este conjunto de perguntas foi importante para a pesquisa e tornou-se seus objetivos. As perguntas elaboradas contemplavam o anseio de conhecer o SENAI de Jundiaí “Conde Alexandre Siciliano” e contar um pouco de sua história.

A pesquisa foi dividida em dois capítulos. O primeiro capítulo intitulado “Contextualizações históricas”, apresenta um pouco da história brasileira dos anos 1930 aos 1960, mostrando relações com a História da educação brasileira e também um pouco da história da cidade de Jundiaí (SP), local da instituição estudada. O segundo capítulo intitulado “O SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) nacional e local” apresenta a história da instituição SENAI, criada nacionalmente por um Decreto-Lei em 1942 e também apresenta uma reconstrução histórica da instituição de Jundiaí “Conde Alexandre Siciliano”.

Pode-se ao longo do percurso aprender muito e relembrar algo marcante: a pesquisa deve ser feita com amor e devemos amar aquilo que pesquisamos. E foi justamente assim que foi realizada a presente pesquisa, com amor.

JUSTIFICATIVA

Segundo Nosella e Buffa (2009) pode-se constatar o crescimento notável de pesquisas sobre história de instituições escolares a partir dos anos 1990, o que mostra a relevância atual deste recorte temático no âmbito da história da educação. Os autores dizem ainda que em muitos congressos da área o estudo das instituições escolares aparece como um dos eixos temáticos em destaque.

Ainda segundo os autores, as melhores pesquisas ocorrem quando a instituição escolar escolhida tem um significado social reconhecido, ou seja, quando a instituição é considerada pela sociedade, em razão de sua tradição e dos alunos que formou. O que se coloca como objetivo da nossa pesquisa, o SENAI de Jundiaí, tem vasta tradição e credibilidade na cidade e nacionalmente, como instituição formadora de mão de obra qualificada para as principais indústrias da cidade e região.

A instituição escolar escolhida tem ainda densidade histórica para a pesquisa, com mais de 60 anos de existência, ponto importante destacado pelos autores. Outro fator é que a sociedade de Jundiaí identifica traços de sua própria história na instituição.

Os mesmos autores dizem que antes mesmo da elaboração do projeto é imprescindível visitar a escola que se pretende estudar, o que se mostrou viável no começo da pesquisa, sendo feitas visitas e contatos com a bibliotecária do SENAI de Jundiaí, bem como visitas à biblioteca municipal e museu da cidade.

Sanfelice (2006) afirma que podemos dizer que se produz um trabalho historiográfico das instituições escolares para interpretar o sentido daquilo que elas formaram, educaram, instruíram, criaram e fundaram, enfim, o sentido da sua

identidade e da sua singularidade. Sendo assim, considera-se esta pesquisa necessária.

OBJETIVOS

O objetivo da pesquisa é fazer um levantamento histórico da Instituição SENAI da cidade de Jundiaí: “Conde Alexandre Siciliano” nos seus 16 primeiros anos de funcionamento: 1944 à 1961. As perguntas iniciais são arroladas a seguir:

- Por que Jundiaí foi escolhida como uma das cidades para ter o SENAI já no primeiro ano de funcionamento da instituição?
- Havia municípios vizinhos que também eram atendidos?
- Quais eram as necessidades educacionais desta cidade em 1944?
- As políticas da cidade sobre o ensino técnico e profissional se relacionavam com as nacionais?
- Como a sociedade de Jundiaí viu o SENAI?
- Havia parcerias sociais ou políticas?
- Qual era o interesse dos industriais da cidade na formação da mão de obra naquela época? Quais eram as indústrias da cidade à época?
- Quais eram as empresas, colaboradoras, vinculadas ao SENAI na época a ser estudada?
- O que as fontes documentais da imprensa (jornais) trazem de informação sobre a fundação e os primeiros anos de funcionamento do SENAI?
- Há documentação icnográfica do local na época?
- Onde ficavam as instalações do SENAI? Como foi feita a escolha da sua localização?
- Como era a infraestrutura do prédio do SENAI?
- Quem foi o primeiro diretor? Qual é sua história?

- Como se dava a contratação dos professores e funcionários?
- Há alunos, professores e funcionários destes primeiros anos de funcionamento para conceder entrevistas?
- Com quantos alunos o SENAI iniciou suas atividades e qual foi a expansão no período estudado?
- Qual era o critério para os ingressantes? Havia algum tipo de seleção?
- Os pais dos aprendizes possuíam algum tipo de vínculo com a indústria? Qual a origem social dos aprendizes nestes primeiros anos de funcionamento?
- Quais foram os primeiros cursos oferecidos e como foram organizados?
- Qual era a metodologia usada para o aprendizado?
- Os cursos neste período eram destinados para ambos os sexos?
- Quais eram as taxas de evasão e repetência escolar do período?

O conjunto dessas perguntas foi a base inicial para a investigação e para busca de respostas que viabilizou realizar um histórico dessa instituição escolar que, além de reconhecida nacionalmente, possui também grande tradição na cidade de Jundiaí, com seus mais de 60 anos de existência, servindo às indústrias e ao crescimento da cidade.

Como aponta Sanfelice (2006): “A origem de cada instituição escolar, quando decifrada, costuma nos oferecer várias surpresas”.

METODOLOGIA

Os materiais para a pesquisa consistiram de livros sobre a história de Jundiá e das indústrias locais, disponível na biblioteca pública municipal “Prof. Nelson Foot” e no museu histórico e cultural de Jundiá “Solar do Barão”. Na instituição SENAI, houve o contato com o seu acervo histórico, sendo também analisado o jornal “A Comarca” nos anos de 1943 a 1944.

A metodologia da pesquisa teve início com o levantamento de fontes escritas bibliográficas e da imprensa visando as questões mais gerais do projeto. Em seguida foram buscadas fontes primárias de toda ordem na instituição, objeto do estudo.

O conjunto das fontes foi analisado, classificado e selecionado. Após a seleção, os dados e as informações foram analisados de forma crítica de modo a se constituir uma narrativa histórico-educacional da instituição e de suas relações com a cidade.

Capítulo 1: CONTEXTUALIZAÇÕES HISTÓRICAS

1.1 Os Anos 1930 aos 1960 no Brasil

A crise econômica de 1929¹ se fez sentir mundialmente, inclusive no Brasil que teve queda de exportações de café devido à estagnação do mercado mundial e a não entrada de capitais internacionais. Como nos indica Fausto (2011), as consequências da crise se evidenciaram em uma produção agrícola sem mercado, na ruína dos fazendeiros e no desemprego nas grandes cidades. O Brasil conseguiu emergir da crise utilizando seus próprios recursos, que vinham da acumulação de capital do café e da ampliação crescente do mercado interno, (Romanelli 2001). No plano econômico, a acumulação do capital pelo café favoreceu o início do desenvolvimento industrial no Brasil. Com o êxodo rural crescia o número de operários urbanos e paulatinamente se deu a transferência de renda do setor agrícola para o industrial.

No plano político e social, vê-se a manifestação de várias camadas sociais, já nos anos 20 observa-se o surgimento de revoltas armadas, como o tenentismo, bem como a criação do partido comunista brasileiro e a semana de arte moderna. Segundo Romanelli (2001), o que se convencionou chamar de Revolução de 1930 foi o ponto mais alto dessa série de movimentos armados que lutavam contra a ordem oligárquica latifundiária ainda existente. No cenário internacional, o movimento de ideias totalitárias começa a ganhar força na Europa, com Mussolini na Itália, Stálin na União Soviética e o nazismo na Alemanha. No Brasil, surgiram

¹ A Crise de 1929 foi uma grande depressão econômica que teve início naquele ano e que persistiu ao longo da década de 1930. A Grande Depressão, como também é conhecida, é considerada o pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX. Causou altas taxas de desemprego e quedas drásticas do produto interno bruto de diversos países, bem como em sua produção industrial; queda nos preços de ações e em praticamente todo medidor de atividade econômica, em diversos países no mundo.

alguns movimentos fascistas na década de 1920 e em 1930 é fundada por Plínio Salgado a Ação Integralista Brasileira, definindo-se como uma doutrina nacionalista.

O Governo do presidente Washington Luis (1926 a 1930) foi derrubado em 1930 por um movimento armado, consequência também da crise do sistema que se estava vivendo. O começo do governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945) no mesmo ano foi marcado pela instabilidade gerada pelo conflito de interesses das várias frações das diferentes classes sociais. Dos anos 30 a 37 seu governo caracterizou-se por um período instável, enquanto os anos de 37 a 45 se caracterizaram por uma ditadura.

Neste período também acontece a Revolução constitucionalista de 1932, que como registra Romanelli (2001), teve o caráter de um movimento pró-constituição, que revelava também a oposição contra a tendência centralizadora do Governo que retirava dos Estados a autonomia que tinham desde a Proclamação da República. (1889). Em 1934 o Governo promulga uma Constituição negligenciando o interesse dos paulistas. Segundo Fausto, ela se assemelhava à Constituição de 1891:

Após meses de debates, a Constituinte promulgou a Constituição, a 14 de julho de 1934. Ela se assemelhava à de 1891, ao estabelecer uma República federativa, mas apresentava vários aspectos novos, como reflexo das mudanças ocorridas no país. O modelo inspirador era a Constituição alemã de Weimar. (Fausto, 2006, p.193).

Ainda segundo o mesmo autor, no tocante à educação, a Constituição estabelecia o princípio do ensino primário gratuito e de frequência obrigatória. O ensino religioso seria de frequência facultativa nas escolas públicas, sendo aberto a todas as confissões.

O ano de 1934 também foi marcado por reivindicações operárias e pela agitação em áreas da classe média, com uma série de greves e paralisações. Como

resposta, o governo, em 1935, propõe uma Lei de Segurança Nacional. Entre os crimes que a lei previa a greve de funcionários públicos era uma delas.

O Estado Novo instaura-se em novembro de 1937 devido a um golpe do então presidente, que teve apoio quase total dos governadores. O golpe aconteceu devido ao surgimento do Plano Cohen, um plano de insurreição comunista, que nas palavras do autor não passava de um pretexto para o golpe de Estado:

Aparentemente o “plano” era uma fantasia, a ser publicada em um boletim da AIB, mostrando como seria uma insurreição comunista e como reagiriam os integralistas diante dela. (...) O fato é que de obra de ficção o documento foi transformado em realidade, passando das mãos dos integralistas à cúpula do Exército. (Fausto, 2006, p. 200).

O regime implantado autoritariamente não teve grandes oposições já que os comunistas e o movimento popular foram sufocados e estavam sem poder de reação. Nas palavras de Fausto, o Estado Novo não representou um corte radical com o passado. Muitas de suas práticas vinham tomando forma no período de 1930-1937 e a partir do golpe, se integraram.

Um dos aspectos relevantes no período e que irá influenciar a industrialização e posteriormente a criação do SENAI é a aliança entre a burocracia civil e militar com a burguesia industrial, sem ter igualdade de opiniões, mas com um objetivo comum e imediato de promover a industrialização no país sem grandes abalos sociais:

A burocracia civil defendia o programa de industrialização, por considerar que ele era o caminho para a verdadeira independência do país; os militares porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia (...) os industriais, porque acabaram se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado. (Fausto, 2011, p. 201)

Outro ponto importante para esta pesquisa é a intervenção do Estado na industrialização, fato de que os próprios industriais se convencem. Para a

industrialização e também para o ensino profissional (SENAI) a intervenção do Estado esteve presente. O interesse em promover a industrialização do país a partir de 1937 refletiu-se no campo educacional com a organização do ensino industrial pelo então ministro Capanema. (1942 a 1946).

Até 1937 não havia um claro incentivo à industrialização, porém, a partir do Estado Novo, se assume com maior decisão a produção interna e a indústria de base no país. Com a segunda guerra mundial, e também com a entrada do Brasil na linha antifascista em 1942, a ideia ganha força devido às restrições nas importações.

Segundo Fausto (2011), o Estado Novo teve curto tempo de vida, seus problemas resultaram mais da inserção do Brasil no quadro das relações internacionais do que das condições políticas internas do país. Essa inserção impulsionou as oposições e abriu caminho para divergências no interior do governo. Os estudantes universitários começaram a se mobilizar, assim como os operários em 1945, graças à gradativa restauração das liberdades democráticas. Em meio a um jogo político complexo Vargas é forçado a renunciar e retira-se do poder fazendo, entretanto, uma declaração pública de que concordara com sua saída.

Depois da queda de Getúlio Vargas, os militares e a oposição liberal, com a concordância dos dois candidatos à Presidência da República, decidiram entregar o poder transitoriamente ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ficando mantido o calendário que previa eleições em 2 de dezembro. Vargas apoia a candidatura de Dutra que vence as eleições. Começam então os trabalhos da constituinte e em setembro de 1946 é promulgada a nova constituição enquanto o governo reprimia o partido comunista. No plano econômico o governo Dutra se iniciou seguindo um modelo liberal, sendo condenada a intervenção estatal e os controles estabelecidos pelo Estado Novo foram então sendo abolidos. (Fausto, 2011).

Em 1951 Vargas volta ao poder pelas eleições, mesmo Dutra não o apoiando já que seu governo não representaria uma continuidade do seu. Vargas baseou sua campanha na defesa da industrialização e na necessidade de ampliar a legislação trabalhista. Segundo Fausto (2011) Getúlio começou seu governo tentando desempenhar, nas condições de um regime democrático, um papel que já havia desempenhado de árbitro diante das diferentes forças sociais e políticas.

No início da década de 1950, o governo promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização. Caráter marcante de seu governo anterior, de interferência estatal na industrialização e economia. Em 1951 o presidente favorece o retorno dos comunistas e dos excluídos em geral durante o período do Governo Dutra, devido ao apoio aos trabalhadores urbanos, que eram uma de suas bases e, abolindo a exigência dos chamados “atestados de ideologia” para a participação na vida sindical. No entanto, mesmo com essas providências políticas Vargas não conseguiu controlar inteiramente os trabalhadores.

Em 1954, se equilibrando no poder, depois de 27 generais do Exército terem assinado um manifesto à Nação exigindo sua renúncia, Vargas suicida-se em seus aposentos no Palácio do Catete:

O suicídio de Vargas exprimia desespero pessoal, mas tinha também um profundo significado político. O ato em si continha uma carga dramática capaz de eletrizar a grande massa. Além disso, o presidente deixava como legado uma mensagem comovente aos brasileiros (...) onde se apresentava como vítima e ao mesmo tempo acusador de forças impopulares, apontando como responsáveis pelo impasse a que chegara os grupos internacionais aliados a seus inimigos internos. (Fausto, 2011, p. 231)

A entrada do novo presidente Juscelino Kubitschek (1956 a 1960) foi marcada por muitos golpes que evidenciavam a luta ideológica que acontecia no Brasil em torno dos rumos do desenvolvimento econômico segundo nos conta Romanelli

(2001). Acentua-se, neste período, a implantação da indústria pesada no Brasil e a abertura da economia nacional ao capital estrangeiro.

Segundo Fausto (2011), em comparação com o governo Vargas e os meses que se seguiram ao suicídio do presidente, os anos de presidência de Juscelino podem ser considerados de estabilidade política, anos de otimismo, com altos índices de crescimento econômico, pelo sonho realizado da construção de Brasília.

As várias manifestações e mudanças que ocorreram no Brasil marcam o ingresso na era da civilização urbano-industrial. Em relação ao desenvolvimento econômico citado, o excerto abaixo, chama a atenção para a produção brasileira voltada ao mercado interno:

Intensifica-se, pois, a substituição de produtos acabados importados por produtos de fabricação nacional, ao mesmo tempo que a agricultura começou a produzir também e cada vez mais para o mercado interno. Esses dois fatores foram o *sustentáculo* da economia brasileira durante a crise e possibilitaram uma reação dinâmica aos efeitos que a crise provocara. Mas, foram sobretudo os responsáveis pelo aparecimento de outro modelo de desenvolvimento econômico, mormente de desenvolvimento industrial: o de substituição de importações. (Romanelli, 2001, p. 54).

A questão da crescente produção para o mercado interno foi impulsionadora da industrialização no Brasil. Com este novo modelo econômico novas exigências educacionais apareceram e a criação do SENAI insere-se neste contexto de formar mão-de-obra especializada para a indústria em crescente expansão. Ressalta-se também que ambas as Guerras Mundiais favoreceram a volta do Brasil à produção de seu mercado interno.

Além disso, a situação implantada nos anos 30, de combate à ordem oligárquica também contribuiu para novas aspirações educacionais pelas camadas sociais. Contudo, como nos aponta Romanelli (2001), enquanto havia esta aspiração

pela escola e suas oportunidades, a estrutura escolar não sofreu mudanças substanciais, a ponto de oferecer o ensino de que a sociedade precisava.

Até 1930, segundo a mesma autora, o sistema educacional brasileiro era marcadamente dualista, com escolas profissionais e o ensino primário para as camadas pobres e o ensino secundário articulado ao superior para os ricos. Como já dito, o rompimento com a velha ordem trouxe a necessidade de uma nova educação para todas as camadas sociais. A criação de um sistema educacional se manteve entre as novas exigências educacionais. A antiga estrutura da escola, continuou se expandindo, porém, em relação ao desenvolvimento do país, a escola se manteve em atraso. Romanelli (2001) mostra-nos as deficiências quantitativas da expansão do ensino: a marginalização educacional com oferta insuficiente, o baixo rendimento interno do sistema escolar e a discriminação social. Além disso, as diferenças regionais geradas pelo sistema econômico perpetuaram as desigualdades educacionais.

Em 1930 foi criado pelo Governo Provisório o ministério da Educação e Saúde Pública e seu primeiro ministro, Francisco Campos, efetivou a Reforma que ficou conhecida pelo seu nome, através de uma série de decretos:

1. Decreto nº 19.850 – de 11 de abril de 1931: Cria o Conselho Nacional de Educação
2. Decreto nº 19.851 – de 11 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário.
3. Decreto nº 19.852 – de 11 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro
4. Decreto nº 19.890 – de 18 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização do ensino secundário

5. Decreto nº 20.158 – de 30 de junho de 1931: Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão do contador e dá outras providências.
6. Decreto nº 21.241 – de 14 de abril de 1932: Consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário. (Romanelli, 2001, p.131).

Esta foi a primeira reforma que atingiu a estrutura do ensino pela primeira vez imposta a todo território nacional. Nas palavras de Romanelli (2001) *“Era, pois, o início de uma ação mais objetiva do Estado em relação à educação”*. No entanto, a reforma deixou marginalizados os ensinos primário e normal e os vários ramos do Ensino Médio profissional, salvo o comercial. Em outras palavras, a reforma organizou a oferta educacional das elites.

Em 1932 os líderes do movimento renovador, como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, tornaram públicos seus princípios sobre educação através de um documento “ao Povo e ao Governo”, surgindo, então, o Manifesto dos Pioneiros da Educação. Segundo Romanelli (2001), o documento situava a educação no processo de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que definia dialeticamente a relação entre ambos. Tinha por objetivo dar uma direção mais firme ao movimento renovador, retomando a necessidade de construir e aplicar um programa de reconstrução educacional de âmbito nacional. Também parecia não se opor e até mesmo apoiar a Reforma Francisco Campos. O movimento pedia que a educação se convertesse num direito de cada indivíduo e que fosse assegurada pelo Estado como função social pública. O movimento também reivindicava a laicidade da educação e teve influência na Constituição de 1934, uma vitória do movimento renovador, porém pequena, já que após 3 anos era promulgada outra Constituição com o golpe que instalou o Estado Novo em 1937.

O documento do movimento renovador atinava que a educação não se fazia somente pela escola e citava a questão do trabalho na educação, visto como um meio também de formação e utilitarista do homem:

É certo que é preciso fazer homens, antes de fazer instrumentos de produção. Mas, o trabalho que foi sempre a maior escola de formação da personalidade moral, não é apenas o método que realiza o acréscimo da produção social, é o único método susceptível de fazer homens cultivados e úteis sob todos os aspectos. (Manifesto dos pioneiros da educação nova, 1932).

Uma forte crítica trazida pelo manifesto estava em relação ao caráter inorgânico da educação pública no Brasil. Até então, não se tinha criado um sistema que organizasse a educação escolar:

A legislação educacional era fragmentada e desarticulada, resultado de reformas parciais e arbitrárias, sem uma visão global do problema. Depois de 43 anos de regime republicano, as reformas econômicas estavam dissociadas das reformas educacionais. (Cunha, 2000 (b), p. 232)

Em 1942, por iniciativa do Ministro de Vargas, Gustavo Capanema, começam a ser reformados alguns ramos do ensino. Essas reformas tomaram o nome de Leis Orgânicas do Ensino. Decretadas entre os anos de 1942 e 1946, as Leis Orgânicas que estruturaram o ensino técnico profissional começaram a ser promulgadas em 1942. Nesse estudo merece destaque um dos artigos da lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942, do ensino industrial:

Art. 67 – O ensino industrial das escolas de aprendizagem será organizado e funcionará, em todo o país, com observância das seguintes prescrições:

I – O ensino dos ofícios, cuja execução exija formação profissional, constitui obrigação dos empregadores para com os aprendizes, seus empregados.

II- os empregadores deverão, permanentemente, manter aprendizes, a seu serviço, em atividades cujo exercício exija formação profissional.

III. As escolas de aprendizagem serão administradas, cada qual separadamente, pelos próprios estabelecimentos industriais a que pertençam, ou por serviços, de âmbito local, regional ou nacional, a que se subordinem as escolas de aprendizagem de mais de um estabelecimento industrial.

IV- As escolas de aprendizagem serão localizadas nos estabelecimentos industriais a cujos aprendizes se destinam, ou na sua proximidade.

A lei representava um grande salto do ensino profissional, pois engajava as indústrias na formação profissional de seus empregados além de colaborar com a educação do país. Como o Estado não conseguia até então formar mão-de-obra qualificada, tendo em vista o desenvolvimento da indústria em expansão, transferiu para a própria indústria este ônus. Um dos incentivos da lei e seu desdobramento foi a criação mais adiante do SENAI.

Segundo Cunha (2005), o longo processo de integração do aparelho escolar desenvolvido desde a criação do Ministério da Educação, em 1930, consolidou uma estrutura escolar dualista. Conforme as Leis Orgânicas é possível perceber na política educacional da Era Vargas, uma estrutura idealizada do ensino. O ensino primário, com quatro ou cinco anos de duração era considerado comum a todos, o posterior ao primário estava dividido em duas partes:

A primeira parte correspondia ao ramo secundário, formador das elites dirigentes (as “individualidades condutoras”), propedêutico ao ensino superior que o seguia e completava sua formação. A segunda parte compreendia os ramos profissionais (industrial, comercial e agrícola). (Cunha, 2005, p. 42).

O ensino de nível médio, para jovens de 12 anos ou mais, continha cinco ramos, o ensino secundário era um deles, que tinha por objetivo formar os dirigentes pelo ensino ministrado e pela preparação para o curso superior diferente dos outros ramos:

Os demais ramos do ensino médio tinham a finalidade de formar uma força de trabalho específica para os setores da produção e da burocracia: o ensino agrícola, para o setor primário; o ensino industrial para o setor secundário; o ensino comercial para o setor terciário; e o ensino normal, para a formação de professores para o ensino primário. Cada ramo de ensino estava dividido em dois ciclos, o primeiro propedêutico ao segundo. (Cunha, 2005, p. 41).

Já o ensino superior permaneceu com a mesma estrutura de 1931. Cada lei orgânica referia-se à articulação do ramo do ensino em questão com o superior. Os concluintes do 2º ciclo do ramo secundário não tinham restrições para se candidatar aos cursos superiores, enquanto os concluintes dos outros ramos tinham acesso muito restrito.

Segundo Cunha (2005), até dezembro de 1941, a organização do ensino industrial no Brasil era bastante diferenciada e confusa. Havia escolas de aprendizes artífices, mantidas pelo Governo Federal ao mesmo tempo em que era ministrado o curso primário. Os estados cada qual matinha suas próprias escolas industriais. Com a intenção de padronizar o ensino de ofícios, o ministro da Educação organizou uma comissão para a elaboração de um projeto de diretrizes do ensino industrial em todo o território nacional, abrangendo escolas públicas e privadas. Em 1941, a comissão concluiu o anteprojeto da “lei orgânica do ensino industrial” que foi submetido ao presidente em meados de janeiro, junto com o projeto que criava o SENAI. A principal inovação que a lei trouxe foi o deslocamento de todo o ensino profissional para o grau médio ao invés do primário, como era antes, esse passando então a ter o conteúdo exclusivamente geral.

O decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942 do conjunto das leis orgânicas cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), recorrendo o Governo à criação de um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial, que foi organizado em convênio com as indústrias a através de seu órgão máximo de representação: A Confederação Nacional das Indústrias. O SENAI nas palavras de Romanelli (2001) foi destinado a organizar e administrar escolas de aprendizagem industrial em todo o país, podendo também manter, além dos cursos de aprendizagem, que eram mais

rápidos e tinham por objetivo a preparação dos aprendizes menores dos estabelecimentos industriais.

O SENAI pode ser entendido como a consequência no campo educacional da crescente indústria em expansão que precisava de mão- de -obra qualificada o mais rápido e prático:

O país acaba de enfrentar, na década de 1930, uma de suas grandes crises econômicas. Com ela, abandonava-se gradativamente a forma tradicional de industrialização e passava-se, rapidamente, para a fase em que predominava o modelo de substituição de importações. A economia de guerra do início da década de 1940 impunha sérias restrições às importações e, com isso, impulsionava o processo de industrialização. A nova fase de expansão da indústria exigia, portanto, que algumas medidas fossem tomadas no sentido da preparação da mão -de- obra. (Romanelli, 2001, p.165-166)

A lei estipulou que o SENAI seria organizado e dirigido pela Confederação Nacional das Indústrias e mantido pela contribuição dos estabelecimentos industriais a ela filiados. Completando a regulamentação o Governo baixou dois outros decretos. O de nº 4.481, de 16 de julho de 1942 que dispôs sobre a obrigação de os estabelecimentos industriais empregarem aprendizes e menores. O decreto ainda estipulou que as escolas seriam de dois tipos, as estabelecidas junto às próprias empresas e as mantidas pelo sistema oficial de ensino. O decreto de nº 4.436 de 7 de novembro de 1942 determinou que sua rede de escolas atingisse também o setor dos transportes, das comunicações e da pesca.

Quatro anos após a criação do SENAI, o Governo criava, pelo decreto nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Na fala de Romanelli (2001), a estrutura do SENAC era a mesma do SENAI, diferenciado pelo fato de o setor ser comercial e por ser dirigido e organizado pela Confederação Nacional do Comércio.

O SENAI e o SENAC tiveram êxito na formação de mão-de-obra por esta acontecer justamente no ambiente das empresas. Tiveram, portanto, mais oportunidades de êxito ao se ocuparem da preparação elementar e rápida dada por cursos de aprendizagem.

A população que procurava este ensino tinha urgência de preparar-se para o exercício de um ofício, a fim de obter melhor remuneração em seu trabalho. As escolas SENAI e SENAC eram também as únicas nas quais os alunos eram pagos para estudar, o que funcionava como grande atrativo para a população pobre e que contribuiu para um sistema dual de ensino.

Em 1946 é promulgada uma nova Constituição. O direito à educação não estava mencionado na Carta Magna de 1937, até então vigente. Nesse sentido, essa nova Carta aproximava-se da Constituição de 1934, inspirada nos princípios proclamados pelos pioneiros. Segundo Romanelli (2001), outro cuidado presente nessa Constituição e ausente na de 1937 é a previsão dos recursos mínimos destinados à educação, a fim de que o direito instituído fosse realmente assegurado.

Foi baseada nessa nova Constituição que o ministro da Educação, Clemente Mariani, constituiu uma comissão de educação com o fim de estudar e propor um projeto de reforma geral da educação nacional. A lei nº 4.024 foi votada apenas em dezembro de 1961, 13 anos depois do começo dos estudos.

Mesmo após a promulgação da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, em fins de 1961(...) tendo sido modificado os traços fundamentais da política educacional do Estado Novo, um aspecto muito importante dela permaneceu, com força aumentada: a aprendizagem de ofícios industriais associando escola e empresa, e a entidade em que ela se desenvolve de forma mais acabada – o SENAI. (Cunha, 2005, p. 43).

Como nos confirma o autor, a lei de criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), perdurou até os dias atuais, passando pelas

reformas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 e de 1996. O SENAI continua mantendo a formação de mão-de-obra de qualidade para um determinado setor: o industrial.

1.2 Contextualização histórica da cidade de Jundiaí (SP)

Sabe-se que Jundiaí, em seus 355 anos já passou por muitas fases conjunturais. Como nos coloca Schneider (2008), foi ponto de parada dos exploradores dos sertões em seus primórdios e alterou seu modo de vida com a construção dos entroncamentos ferroviários mais importantes do Estado de São Paulo, e com a vinda dos imigrantes italianos. Esses fatores estiveram ligados a expansão da agricultura cafeeira de São Paulo.

A primeira ferrovia inaugurada foi em 1868, a Estrada de Ferro São Paulo Railway Company, um dos maiores empreendimentos ferroviários de todos os tempos e construída por investidores ingleses atraídos pela importância do café no cenário mundial. O propósito era o transporte dos grãos de café produzidos no centro-oeste paulista até o Porto de Santos, de onde era exportado para o mercado europeu. (Schneider, 2008)

A cidade foi também marcada pelo cultivo da uva, sendo os primeiros vinhedos formados, segundo Tomanik (2005), entre 1880 e 1890, tendo por seus precursores os imigrantes italianos. Foram também os imigrantes italianos que começaram a fabricar a cerveja, como afirma Cipolato (1994).

Além das ferrovias, ainda fortes nos anos 40 do século XX em Jundiaí, algumas iniciativas industriais foram pioneiras e o setor têxtil foi o primeiro a se desenvolver. Como nos conta Schneider (2008), a primeira fábrica de Jundiaí foi a Companhia Jundiahyana de Tecidos. Muitas outras indústrias foram importantes para a cidade.

O quadro da industrialização daqueles anos 40 em Jundiaí sugere várias pistas e indagações sobre os motivos da instalação do SENAI na cidade. O histórico da industrialização local ajuda na reconstrução histórica do SENAI de Jundiaí.

Em sua dissertação de mestrado, Marques (2008) analisa a industrialização jundiaieense em dois momentos: o primeiro teria início no final do século XIX, década de 1870, tendo como marco a instalação da Tecelagem Jundiahya caracterizado pelo fato de as indústrias se localizarem próximas às ferrovias e às várzeas dos rios Jundiaí e Guapeva. Já o segundo momento, teria como marco inicial a construção da rodovia Anhanguera, que chega a Jundiaí na década de 1940, ocorrendo, deste modo, a mudança do eixo de localização das indústrias, das margens da ferrovia para as margens da rodovia Anhanguera. Marques (2008) coloca um período de transição entre os dois momentos - anos de 1950 até 1972 -, por haver a instalação de indústrias dentro da mancha urbana e também a instalação de indústrias fora da área urbana, às margens da rodovia.

Na análise do autor, percebe-se que a vinda da rodovia Anhanguera trouxe avanços e mudanças econômicas e sociais para a cidade. As indústrias que antes se concentravam às margens das ferrovias e do bairro da Vila Arens pelo fato destes estarem próximos aos entroncamentos ferroviários e oferecerem terrenos planos e próximos às várzeas do rio Jundiaí e de seu afluente Guapeva, agora se localizavam às margens da rodovia Anhanguera. Neste período surgiram vários instrumentos legislativos de incentivo à industrialização (Marques, 2008).

Segundo o histórico produzido pela Prefeitura Municipal de Jundiaí em 2011², ocorreu, nos anos 30 e 40 um novo impulso industrial, como já nos confirmou

² Disponível no site: <http://www.jundiai.sp.gov.br/PMJSITE/portal.nsf/V03.02/cidade_historia?OpenDocument>. Acessado em: 22/02/2011.

Marques (2008), com a vinda da rodovia Anhanguera na década de 1940. Com isto, segundo o DAE S/A (2011) (empresa que cuida dos serviços de saneamento básico de Jundiaí, sob o controle da Administração Municipal), o próprio desenvolvimento da cidade tornou-se mais acentuado, podendo ser observado pelo investimento e assessoria do Governo do Estado aos setores de água e esgoto para que acompanhassem a demanda.

Ainda na década de 1940 começa a se desenvolver na cidade a indústria cerâmica, principalmente no núcleo colonial “Barão de Jundiaí”, por possuir grande reserva de argila. Como nos conta Marques (2008):

Na década de 1920 iniciava-se a produção da Cerâmica Jundiaense, mas é no final da década de 1940 que a indústria Cerâmica toma grande impulso, quando a Cerâmica Jundiaense é comprada pelo grupo Duratex que constitui a Cerâmica Deca. Em 1948 foi fundada a Cerâmica Colônia, sendo esta a primeira indústria a fabricar louças sanitárias no Brasil; em 1958 foi comprada pela multinacional Ideal Standard.

Em Jundiaí muitas foram as indústrias instaladas nos anos 30 e 40, época que remete à criação do SENAI. Em 1935, segundo Gattolini (1998), Luís Latorre inaugura uma firma de produção de fósforos, associando-se ao seu amigo José Andrade Rebello, e, em março de 1937, a firma foi transformada em Andrade Latorre & Cia. Ltda. Luiz Latorre é um dos célebres personagens da cidade, como industrial, administrador público, investidor, filantropo e, de 1952/1956, como prefeito do município de Jundiaí. No ano de 1941 foi fundada em Jundiaí pelos comendadores Alberto Bonfiglioli e Salvador Messina, a CICA que logo de início conquistou o mercado alimentício.

Em 1944, segundo o mesmo autor, os irmãos Abílio, Flávio e Mário resolveram abrir uma oficina mecânica, dando início a história do Grupo Luchini.

Conhecidos como profissionais sérios e corretos, logo a oficina mecânica começou a atrair clientes de Jundiaí e de cidades vizinhas.

Ainda segundo Gattolini (1998), Pedro Dal Santo deu grande contribuição para a indústria jundiaense, pois desde 1918 trabalhava com fundição. Algum tempo depois fundou a sua própria empresa, a Fundição e Mecânica Brasil, onde desenvolveu a fundição de sinos, engrenagens, coroa e pinhão, componentes de arado e inúmeras peças para a indústria têxtil. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) produziu componentes para a agricultura, além de peças para arado, moendas de cana e descascadores de café. Em 1932, a Dal Santo inaugurava uma seção de tornos, passando a produzir máquinas para tinturaria, tecelagem, cerâmica e celulose.

Capítulo 2: O SENAI (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL) NACIONAL E LOCAL.

2.1 A instituição SENAI

A história do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) começa antes de seu decreto de criação, em 1942. Essa história tem início com as estradas de ferro que tiveram grande influência no ensino de ofícios associando escola e oficina. Segundo Cunha (2005) a primeira iniciativa de ensino unificado de ofícios iniciou-se em 1924, com a criação da Escola Profissional Mecânica no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Empresas ferroviárias fizeram um acordo com o liceu enviando seus aprendizes.

Neste liceu deu-se início a duas grandes inovações que tiveram influência no SENAI:

O ensino de ofícios apresentava duas inovações que vieram a ser difundidas posteriormente: a utilização das séries metódicas de aprendizagem e a aplicação de testes psicotécnicos para seleção e orientação de candidatos aos diversos cursos. (Cunha, 2005, p. 24).

Uma figura que esteve estreitamente ligada a Escola Profissional Mecânica e a criação do SENAI foi Roberto Mange, engenheiro suíço que foi convidado a lecionar na Escola Politécnica de São Paulo, participando da divulgação de uma doutrina ainda nova no Brasil:

Mange e outros engenheiros da Escola Politécnica, entre eles Armando de Salles Oliveira, destacaram-se na divulgação da doutrina da Organização Racional do Trabalho, sistematizada por Frederick Taylor, a ponto de, em 1931, fundarem, com o patrocínio da Associação Comercial e da Federação das Indústrias de São Paulo, o Instituto de Organização Racional do Trabalho. (Cunha, 2005, p. 24).

O Idort apresentava uma doutrina taylorista, de racionalização e divisão do trabalho a indústrias, principalmente após a crise econômica de 1929. Segundo este determinado modo de pensar a produção, visando lucro máximo, começa-se a penetrar nas empresas e posteriormente no ensino dos ofícios os exames psicotécnicos e as séries metódicas de ensino, aplicadas no Liceu de Artes e Ofícios.

Alguns anos depois da criação da Escola Profissional Mecânica e devido ao seu sucesso nas empresas ferroviárias como a estatal Estrada de Ferro Sorocabana, em 1934, o CEFESP (Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional) é criado e mais uma vez a presença do engenheiro Roberto Mange aparece:

Roberto Mange elaborou um plano de criação de um Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CEFESP), que foi apresentado pelo Idort às empresas ferroviárias e ao governo do estado, recebendo forte apoio das primeiras e do interventor, justamente o idortiano Armando de Salles oliveira. (Cunha, 2005, p. 25-26).

O CEFESP também continha em seu cerne as séries metódicas de ensino e a colaboração Estado-empresa e oficina-escola. Ele teve tamanha influência na criação do SENAI que o Centro foi a ele incorporado, constituindo a Divisão de Transportes e o núcleo de todo o Departamento Regional de São Paulo. Como Roberto Mange, que foi o criador do CEFESP e primeiro diretor do Departamento Regional de São Paulo. (Cunha, 2005).

Em 1942, o SENAI é criado pelo Decreto-Lei 4048, de 22 de janeiro. (Silva 2010). Tal decreto é parte integrante das Leis Orgânicas de Ensino que vão promover reformas na educação entre 1942 e 1946, conhecidas também como Reforma Capanema. Criado durante o Estado Novo, o SENAI, na fala de Muller

(2009), foi a instituição hegemônica do ensino profissionalizante no país, devido ao apoio do governo Vargas aos industriais, empresários e sindicatos.

Mendes (2007) chama a atenção quanto a criação do SENAI em 1942, pois se vivenciava a Segunda Guerra Mundial. No período, houve grande crescimento econômico nos países avançados em função de avanços tecnológicos e o momento tornou-se oportuno para que o Brasil se voltasse ao mercado interno, propiciando um crescimento econômico industrial.

Para Cunha (2005), a implantação do sistema SENAI foi muito rápida e conseguiu logo o reconhecimento dos industriais e do governo por sua eficiência, como exigia o contexto da Segunda Guerra Mundial. Os produtos manufaturados, antes importados, tiveram de ser produzidos internamente, exigindo a formação da força de trabalho. Devido à dificuldade de importação de componentes, a manutenção dos equipamentos exigiu operários qualificados e em quantidades crescentes.

O contexto da Segunda Guerra Mundial foi tão decisivo que, ao contrário do que determinavam os documentos relativos a sua criação, o SENAI não priorizou a aprendizagem industrial no primeiro ano de funcionamento. A Comissão do Ensino Industrial de Emergência, criada em razão da guerra, decidiu ser mais importante no momento a melhoria dos conhecimentos especializados dos operários adultos já empregados, deixando-se a aprendizagem para mais tarde.

Segundo Cunha (2005), do ponto de vista da constituição do SENAI, ele seria uma instituição pública, já que foi criado pelo Decreto-Lei exposto acima, confirmado pelas constituições de 1946, 1967 e 1988, assim como pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961 e 1996). Porém, pela ótica do poder institucional e da gestão dos recursos, o SENAI pode ser considerado uma instituição privada,

por ser a Confederação Nacional da Indústria, mais as federações estaduais de sindicatos patronais, os dirigentes da entidade, e que escolhem seus diretores, bem como determinam a política a ser seguida.

O estudo da instituição SENAI oferece reflexões sobre a ambiguidade das esferas pública e privada, uma constante na educação brasileira, já que apesar de ser criado por um decreto-lei do então presidente Vargas, seu poder institucional e de gestão de recursos são privados:

Ao longo dos sessenta anos de sua existência, o SENAI foi se constituindo num subsistema independente de ensino, exclusivamente voltado à formação profissional, vinculado tanto ao Estado, através dos Ministérios da Educação e do Trabalho, quanto às empresas, autodenominado-se “uma entidade da indústria”, afirmação que já nos mostra a que o SENAI veio, a quem serve, o local de onde fala e com quem dialoga. (Muller, 2009, p.121).

Pode-se concluir com Falvo (2001), que o SENAI não se originou da percepção do empresariado industrial sobre a necessidade de qualificar seus trabalhadores, mas do esforço do governo de Getúlio Vargas em moldar a força de trabalho nacional aos princípios do Estado Novo, já que se vivia no país uma crescente industrialização. A criação do SENAI além de buscar suprir a necessidade de formação de mão-de-obra para as indústrias crescentes passa parte da responsabilidade da formação do trabalhador para os empresários, (Silva 2010).

Em relação a sua organização, o Governo Vargas determinou que a Confederação Nacional da Indústria devesse elaborar um projeto de regimento interno para submetê-lo ao Ministério da Educação, como nos conta Cunha (2005). Para elaborar o projeto, o presidente da Confederação Nacional da Indústria escolheu Roberto Mange e Joaquim Faria Góes Filho. O regimento foi aprovado em 16 de abril de 1942 e previu uma estrutura federativa bastante flexível.

O documento previu que em cada estado onde houvesse uma federação de indústrias, seria organizado um Conselho Regional do SENAI, órgão normativo com jurisdição na unidade em questão. O Departamento Regional, órgão executivo, que se encarregaria propriamente da organização e da administração das escolas de aprendizagem e de outras atividades de formação profissional. E no ápice de sua organização, o regimento também previa um Conselho Nacional, órgão normativo, presidido pelo presidente dos conselhos regionais, pelo diretor do Departamento Nacional e por dois representantes do governo, um do Ministério da Educação e outro do Ministério do Trabalho. Este Conselho Nacional era o órgão executivo encarregado principalmente de distribuir os recursos provenientes das empresas, transferidos pelo governo para os diversos departamentos regionais e também de coordenar suas atividades. (Cunha, 2005). Segundo Falvo (2001), a estrutura do SENAI, em sua criação, com base federativa e composto por órgãos normativos e administrativos se constata ainda hoje.

O âmbito de atuação do SENAI foi definido de início como o das “indústrias enquadradas na Confederação Nacional da Indústria”. Elas estavam obrigadas a contribuir para o SENAI e este, em contrapartida, deveria oferecer cursos para os seus aprendizes. Posteriormente, ainda em 1942, o âmbito de atuação do SENAI foi ampliado, passando a abranger a aprendizagem de outros trabalhadores, além dos “industiários”, com a inclusão, entre os seus contribuintes, das empresas de transporte, comunicações e pesca (Cunha, 2005).

Os aprendizes foram definidos como os trabalhadores menores de 18 anos e maiores de 14, sujeitos à formação do ofício em que exerciam seu trabalho. Para a admissão do aprendiz, as empresas deveriam dar preferência aos filhos e irmãos dos seus empregados e exigir, como condição, terem os candidatos concluído o

curso primário ou possuírem os conhecimentos essenciais à formação profissional. Mendes (2007) mostra que os aprendizes faziam o curso de aprendizagem no SENAI e trabalhavam em uma indústria quatro horas por dia, para isso o aprendiz recebia de meio a um salário mínimo e os estabelecimentos industriais tinham a obrigação de empregar no mínimo 5% de trabalhadores aprendizes.

Segundo Cunha (2005) e Mendes (2007), o Decreto-Lei de criação do SENAI previa que cada empresa industrial recolhesse àquele órgão a quantia de “dois mil réis por empregado e por mês”. Dois anos depois, a contribuição das empresas passou a ser calculada “na base de 1% sobre o montante de remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos os seus empregados”. E esta verba então, sustentava as ações de aprendizagem da instituição. Desde o início, Cunha (2005) mostra que se reconhecia que as empresas de grande porte seriam as principais beneficiadas pelos serviços do SENAI, graças ao maior emprego de trabalhadores qualificados. Por isso, elas deveriam assumir uma parcela maior do custo de aprendizagem. Neste sentido, o Decreto-Lei de criação estipulava que a contribuição dos estabelecimentos que tivessem mais de quinhentos empregados seria acrescida de 20%. A contribuição a que estavam sujeitas todas as empresas chamava-se “contribuição geral” e a parcela paga pelas empresas de grande porte, “contribuição adicional”.

A institucionalização do SENAI começou pela montagem do Departamento Nacional e dos departamentos regionais, que abrangiam, inicialmente, uma ou mais unidades da Federação. Para diretor do Departamento Nacional do SENAI, o presidente da Confederação Nacional da Indústria nomeou João Luderitz. Para dirigir o Departamento Regional de São Paulo foi nomeado, pelo presidente da

FIESP, o Engenheiro Roberto Mange e o Departamento Regional do Rio de Janeiro ficou a cargo do educador Joaquim Faria Góes Filho.

Ainda segundo o mesmo autor, a primeira providência para a implantação do SENAI foi a organização de um cadastro das empresas industriais em todo o país, de sua localização e do número de empregados em cada uma delas. Em seguida, veio a instalação dos cursos, primeiramente em imóveis cedidos mediante convênio com entidades públicas e privadas, de modo que fosse aproveitada toda a capacidade física disponível.

Em 1943, foram atendidos em todo o país 6 mil alunos, em partes praticamente iguais de adultos e menores. A metade deles encontrava-se nos departamentos do Rio de Janeiro. Em 1944 foi possível iniciar cursos de aprendizagem em todos os departamentos, a maioria deles no setor metal-mecânico, já para além da emergência imposta pela guerra. (Cunha, 2005).

Este breve histórico da instituição mostra a relevância do SENAI nacionalmente, bem como o comprometimento com a formação profissional de seus aprendizes. Os estudos mais recentes confirmam essa relevância, como o estudo de Braga (2005) onde analisa o projeto político- pedagógico do SENAI, o de SOUZA (2006) que analisa o “novo” modelo de formação profissional da rede SENAI tendo como campo de pesquisa a escola SENAI- Suzano, no Estado de São Paulo. Falvo (2001) também discorre sobre o processo de elaboração, expõe as diretrizes básicas e avalia a reestruturação do modelo de formação profissional do SENAI-SP.

Muller (2009) analisa a criação do SENAI e tem como objeto de estudo a escola Roberto Mange de Campinas. Mendes (2007) faz um estudo para a compreensão do processo de (re) qualificação do trabalhador, através do SENAI em Catalão no Sudeste Goiano. Rocha (2005) faz seu estudo tendo por objetivo

identificar a contribuição do SENAI, como instituição educativa, na constituição da identidade de seus ex-alunos, particularmente daqueles que exercem ou exerceram a função de instrutores da escola. E, por fim, Silva (2007) apresenta um estudo que discute as mudanças no processo de qualificação profissional, tendo em vista as transformações do sistema produtivo capitalista, além de investigar a contribuição do SENAI de Montes Claros para a qualificação dos trabalhadores e o consequente ingresso destes no mercado de trabalho.

Segundo Cunha (2005), em 1943 foi elaborado o primeiro plano de construção de escolas próprias de aprendizagem do SENAI, em todo o país, prevendo-se 59 estabelecimentos, com a capacidade imediata para 23 mil aprendizes. A localização, embora todos os presidentes das federações de indústrias quisessem escolas para os estados onde estavam, levou em conta a distribuição geográfica da força do trabalho, segundo o plano realizado pelo Departamento Nacional.

O SENAI de Jundiaí, “Conde Alexandre Siciliano”, está nesta lista das primeiras instituições criadas.

2.2 Instituição SENAI de Jundiaí “Conde Alexandre Siciliano”

- **Por que Jundiaí foi escolhida como uma das cidades para ter o SENAI já no primeiro ano de funcionamento da instituição?**

Segundo documento comemorativo da própria instituição, após o Decreto - Lei de criação do SENAI em 1942, (4048, de 22 de janeiro de 1942), em 1943 são instalados os primeiros cursos organizados em São Paulo, os chamados “Cursos de Emergência”³. Um ano depois, já funcionavam no interior os primeiros cursos com oficinas de aprendizagem e nos bairros da cidade de São Paulo: Barra Funda, Brás e Luz, e nas cidades do interior: Taubaté e Jundiaí.

A instalação de escolas obedece sempre a estudos preliminares realizados pela divisão de cadastro e controle que, através de uma equipe de Agentes de Cadastro, promove o levantamento da mão-de-obra existente no Estado de São Paulo, permitindo ao SENAI, conhecer as concentrações industriais, e crescimento havido nos diferentes grupos da indústria e as necessidades quantitativas e qualitativas de mão-de-obra. (SENAI, 1942-1967)

Em busca de fontes primárias no próprio SENAI de Jundiaí, observa-se que a cidade já possuía, em 1944, indústrias em crescente expansão. Os dados estatísticos da Inspetoria da zona paulista de 1946 mostram que nesta data, Jundiaí, com uma população de 33.000 habitantes, contava com 9.200 empregados na indústria, destes, o SENAI tinha como alunos 191. Os dados mostram que aproximadamente 30% da população trabalhava na indústria. Outros documentos

³ Os “Cursos de Emergência”, de curta duração, foram dedicados à formação da mão-de-obra em áreas mais críticas, como mecânica, caldeiraria, ferraria, solda, fundição e eletrotécnica. As necessidades do esforço industrial levaram também a criação de uma série de cursos rápidos ministrados nas próprias fábricas, buscando aperfeiçoar a qualificação da mão-de-obra, sem interromper o curso da produção.

analisados⁴ também evidenciam a oferta de mão-de-obra que a cidade possuía, contando também com imigrantes italianos. Em que pese os adjetivos faz-se a citação da referida matéria publicada já no ano de 1989:

O que os estudiosos destacam como fator preponderante de Jundiaí ter conseguido montar esse fabuloso parque industrial é a vocação profissional de sua mão-de-obra. No começo do século, aqui residiam imigrantes italianos que tinham formação profissional oriunda da Itália. A esse fator se aliaram outros, que com o decorrer dos anos revigoram cada vez mais a sua pujança. (Domingo especial, 1989.)

Nelson Foot, primeiro diretor da escola SENAI de Jundiaí⁵ também discorreu sobre a mão-de-obra da cidade em seu discurso proferido durante a inauguração do novo prédio da escola em 30 de agosto de 1961, lembrando também as origens e pessoas que estiveram ligadas à instituição:

A gênese desta escola data de 1943, quando uma indústria respeitável e florescente começa a ressentir-se da falta de mão – de – obra qualificada, o que vai ecoar no Rotary Club, de que participavam vários industriais. Escudada no lema rotário SERVIR, concretiza-se a idéia de sua criação, graças aos entendimentos concertados entre a Diretoria Regional do SENAI e a comissão de rotarianos, a cuja frente estavam Estácio Correa Trindade, Estevam Kiss e Casimiro Brites Figueiredo, esse o trabalhador sempre incansável das boas causas jundiaenses. (SENAI, agosto de 1961)

O primeiro diretor da instituição comenta a vasta mão-de-obra na cidade e traz um novo fato: a falta de qualificação que possuía, ou mesmo a falta de qualificação e de um determinado *ethos* profissional diretamente ligado ao funcionamento da indústria que os operários deveriam possuir e que poderiam

⁴ Como o documento “Inaugurada a Escola SENAI em Jundiaí”.

⁵ Nelson Foot foi diretor da escola SENAI de Jundiaí “Conde Alexandre Siciliano” de 01.05.1944 a 31.01.1969.

receber do SENAI. Este mostra-se ser outro fator da instalação de uma escola profissional dirigida pelos próprios industriais na cidade de Jundiaí.

Tendo a escola SENAI de Jundiaí se originado de um movimento de que participaram os diretores das maiores indústrias locais, vem ela naturalmente recebendo o maior apoio não só daqueles como das demais indústrias. (Foot, 1945. *Grifo da autora*).

Outro órgão que esteve ligado à instalação do SENAI em Jundiaí é o Rotary Clube, do qual participavam também os industriais da cidade, como mostra o relatório de 1945, de uma reunião do clube com o chefe da divisão de ensino, o Dr. Atahualpa Guimarães:

Por iniciativa do “Rotary Club” de Jundiaí, realizou-se, a 3 de dezembro de 1942, na “Associação Comercial”, uma reunião dos representantes das indústrias de fiação e tecelagem locais, com a presença do chefe da divisão de ensino do SENAI, o Dr. Atahualpa Guimaraes, e de vários rotarianos, afim de estudar –se a possibilidade da criação de uma escola industrial, para atender á necessidades daquelas indústrias.

Assentadas as bases do empreendimento, que teve apoio unanime, foi designada uma comissão de rotarianos, composta dos srs. Casimiro Brites Figueiredo, Estacio Trindade e Estevao Kiss, afim de tomar as providencias de mister. (Foot, 1945.)

O jornal “A Comarca”⁶ também evidencia a visita do Sr. Atahualpa Guimarães à cidade de Jundiaí, bem como este primeiro encontro exposto no trecho acima onde começam os primeiros estudos para a vinda da instituição à cidade de Jundiaí. Na matéria publicada no dia 17/01/1943, depois da primeira visita, os estudos parecem continuar e por fim são entregues ao Dr. Roberto Mange, diretor regional do SENAI:

⁶ A matéria “Escola Profissional” que trata especificamente das negociações dos representantes do Rotary Clube com os dirigentes do SENAI Nacional datam de 17/01/1943, localizados na edição numero 1780 do jornal “A Comarca”.

Por indicação do já citado Professor Dr. Guimarães, estive na semana passada, nesta cidade; uma comissão com instruções completas, sendo ela composta do Sr. Professor Walter Barioni, Chefe da Divisão e Seleção do SENAI, e mais os seguintes: Professor Mario Geraldo Silva – Professor Oswaldo de Barros – Dr. Diderot Pompeu de Toledo – Dr. Eugenio Mariz de Oliveira – Dr. Julio Pugliesi.

Esta comissão realiza estudos mais aprofundados das necessidades das diversas faculdades que serão disciplinadas pela Escola de Aprendizagem.

Este estudo teve seu começo no dia 14 deste mês e o mesmo se prolongou por dia 15 e mais dia 16 e depois de conjugados todos os dados em mãos do Professor Dr. Roberto Mange, este resolverá o problema com toda a sua elevada compreensão. (A Comarca, 1943, número 1780)

Outro ponto de grande relevância para a cidade, para o parque industrial e também para a vinda do SENAI em Jundiaí foi a existência da ferrovia, ponto inicial da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e ponto terminal da estrada de ferro Santos- Jundiaí. O bairro industrial Vila Arens foi se formando ao redor da ferrovia e as primeiras instalações do SENAI se deram também no bairro, não por acaso, mas justamente por ser um bairro industrial. Ressalta-se, também ligado a ferrovia, a célula-mater do SENAI, a Escola Ferroviária que já existia em Jundiaí anterior a vinda do SENAI “Conde Alexandre Siciliano” em 1944:

Fez uso da palavra o Sr. Dr. Roberto Mange, diretor regional, que disse do significado e da finalidade da obra que se inaugurava, lembrando empreendimento semelhante – o Núcleo de Ensino Ferroviário – por ele criado há anos e cujos frutos já se faziam sentir. (Foot, 1945.)

Em síntese, observa-se segundo os dados das fontes primárias, que a instituição do SENAI na cidade de Jundiaí não se deu por um mero acaso, mas por uma série de fatores como o crescimento do parque industrial, a mobilização dos próprios industriais por uma instituição que qualificasse a mão-de-obra, segundo

seus princípios, a ferrovia impulsionando a industrialização e o Núcleo de Ensino Ferroviário - uma unidade da escola industrial inaugurada anos antes. Todos são fatores que explicam porque trouxeram a instituição para a cidade de Jundiaí logo no primeiro ano de funcionamento do SENAI Nacional.

- **Havia municípios vizinhos que também foram atendidos?**

A fonte imprensa consultada não diz se o SENAI “Conde Alexandre Siciliano” atendia municípios vizinhos. A pergunta, entretanto, pode ser respondida com as fontes primárias encontradas na instituição.

Em relação aos primeiros anos de seu funcionamento, a data mais próxima que se encontrou documentação que responde à pergunta é do ano de 1947, conforme visto no Relatório Anual da Inspeção da Zona Paulista. De Itatiba havia, 8 alunos atendidos, de Campinas 1, da Rocinha 2 e de Várzea Paulista 2 alunos. No total, no ano de 1947, havia na instituição 13 alunos que viajavam todos os dias, com a instituição atendendo as cidades vizinhas.

Os relatórios seguintes da Inspeção da Zona Paulista também relativos aos anos de 1948 e 1949 mostraram que esse número de alunos atendidos de outras cidades aumentou, de 13 alunos no ano de 1947 para 28 no ano de 1948 e 31 no ano de 1949. Com a incorporação de atendimento das cidades de Campo Limpo Paulista no ano de 1948 e Vinhedo em 1949.

No decorrer do funcionamento da escola SENAI, o número de alunos atendidos de outras cidades parece diminuir, segundo a “Relação dos alunos que viajam para assistirem as aulas”, documento escrito pelo diretor da instituição professor Nelson Foot. Em fevereiro de 1952, 14 alunos viajaram para assistirem as

aulas, em abril de 1953, eram 15 alunos e em fevereiro de 1954, 8 alunos. Porém, agora eram atendidas também as cidades de Louveira e Francisco Morato que nos anos anteriores não apareciam no relatório da Inspetoria da Zona Paulista.

A relação dos alunos que viajaram dos anos de 1952, 1953 e 1954 ainda mostra alunos que viajavam de Jundiaí Mirim, Ermida e Horto, que não foram consideradas para a presente análise por não se tratarem de cidades e sim de bairros da própria cidade de Jundiaí.

Concluindo, pode-se dizer que o SENAI “Conde Alexandre Siciliano” atendia além da cidade de Jundiaí também os municípios vizinhos de Vinhedo, Várzea Paulista, Campo Limpo Paulista, Louveira, Francisco Morato, Itatiba, Rocinha e Campinas, mesmo esta cidade tendo também uma escola profissional à época. A escola SENAI de Campinas também foi inaugurada em 1944, porém meses mais tarde que a de Jundiaí, em 16 de novembro.

- **Como a sociedade de Jundiaí viu o SENAI?**

Nas fontes primárias consultadas do jornal “A Comarca” o redator da matéria fala sobre a necessidade de tal instituição e do esforço de todos pela mesma:

Encarecer o que representa a criação desta escola é talvez desnecessário. O trabalho contínuo e persistente não só das autoridades e imprensa, como também da própria população vem afirmar a sua necessidade. (A Comarca, 1943, número 1784)

Ainda na mesma matéria, ressalta-se uma ideia ousada pois o SENAI “Conde Alexandre Siciliano” poderia se tornar referência para as outras instituições do país:

E há um fator que vem emprestar a esta Escola e a Jundiaí singular importância: é a primeira escola criada pelo SENAI, no Brasil. Os cursos daquele serviço já criados em São Paulo são incorporações de Escolas já existentes. Há ainda possibilidade desta Escola se

tornar padrão para as demais do país. Todo este conjunto vem dar marcante e singular importância a nossa terra. (A Comarca, 1943, número 1784)

O SENAI foi bem recebido pelos industriais que queriam e fizeram parte dos esforços para a vinda da instituição, isso pode ser constatado em muitas das fontes primárias encontradas na instituição⁷:

Em resposta a sua carta no 359, devo confessar-vos satisfação que causou a essa chefia os dizeres da mesma pelo bom conceito que se encontra essa Escola entre a Indústria de Jundiaí. (Guimarães, 1945).

Mais tarde, também em 1958, a aceitação dos industriais pelo SENAI local parece manter-se:

Atendendo a vossa consulta acerca de indústrias que colaboram com Escola, cabe-me informar-vos que, no que toca a relações sociais, a Escola encontra absoluta colaboração por parte das indústrias. (Foot, 1958).

A instituição foi bem recebida pela prefeitura de Jundiaí, que inclusive doou parte do terreno em que foram construídas as instalações onde hoje é localizada a instituição. Neste documento que data de 1961, o prefeito felicita a escola pela inauguração do novo prédio no bairro do Anhangabaú:

É com máxima satisfação que vimos cumprimentar o conceituado Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial pela inauguração de mais uma de suas excelentes escolas, marcada para o próximo dia 29. Aos dirigentes dessa entidade e a V.S., ilustre e incansável abnegado do ensino industrial, os melhores agradecimentos desta Municipalidade. (PMJ, 1961, A)

⁷ Também se encontra no Relatório de 20 de janeiro de 1945 ao Inspetor da Zona Paulista: *“Tendo a Escola SENAI de Jundiaí se originado de um movimento de que participavam os diretores das maiores indústrias locais, vem ela naturalmente recebendo o maior apoio não só daqueles como das demais indústrias.”*

Observa-se também o reconhecimento da instituição pela Prefeitura Municipal de Jundiaí em carta enviada ao diretor do SENAI agradecendo o convite para inauguração do novo prédio da escola em 1961:

Na pessoa do emérito educador consignamos nossas felicitações a todo o corpo docente do prestigioso estabelecimento por mais essa vitória, destinada a larga repercussão em nossa terra.

É nos grato renovar-lhe as mais elevadas expressões de estima e consideração. (PMJ, 1961, B)

Assim como o Rotary Clube foi um dos articuladores para a vinda de uma das instituições do SENAI nacional para Jundiaí, juntamente com os industriais e com o chefe da Divisão de Ensino do SENAI em São Paulo⁸, sua satisfação pela instituição volta a se manifestar na ocasião da inauguração do novo prédio da escola.

O Rotary Clube de Jundiaí, ao ensejo das solenidades de inauguração da Escola SENAI de Jundiaí, vem congratular-se com V.S. por essa realização magnífica que tantos benefícios tem proporcionado a coletividade. Que maior benefício poderá ser feito a alguém senão dando-lhe disciplina e instrução profissional, de modo a torna-lo independente e útil a sociedade? O SENAI é uma realização que encanta e apaixona por seus elevados objetivos. (Castro, 1961.)

O diretor do SENAI, Sr. Nelson Foot, em carta ao Inspetor da Zona Paulista em 1945, sugere visitas feitas a instituição, o que demonstra também receptividade, contudo não as nomeia:

Esta escola tem recebido visitas, além das normais de membros da Administração do SENAI, de autoridades escolares deste e de outros estados, bem como de industriais. (Foot, 1945)

⁸ O Dr. Atahualpa Guimarães era o chefe da Divisão de Ensino na época da inauguração do SENAI, em 1944.

O SENAI “Conde Alexandre Siciliano” teve receptividade também dos grupos escolares à época. Era comum acontecer na instituição comemorações da semana das crianças aberta às instituições municipais e estaduais da cidade. Nos trechos abaixo se vê a estima e o respeito que se encontrava o SENAI entre elas. Na carta do Delegado Regional de Ensino⁹ em agradecimento ao Diretor do SENAI pelas festividades da Semana da Criança:

É-me grato agradecer a Vossa Senhoria a gentileza do convite no ofício n.118, de ontem, 10, para a visita dos escolares dos 4os e 5os anos de nossos estabelecimentos á conceituada Escola SENAI, desta cidade, no decorrer da Semana da Criança.

Agradecendo-o, comunico a Vossa Senhoria haver dado ciência aos srs. diretores dos grupos escolares de Jundiaí de sua amabilidade nos termos expressos.

Ao ensejo reitero a vossa Senhoria os protestos de maior consideração e estima. (Queiroz, 1958)

E também na carta da diretora do Ginásio Estadual da Vila Arens¹⁰, em agradecimento ao convite para inauguração das novas dependências do SENAI, já em 1961:

Augurando os melhores votos de sucesso nas novas dependências recentemente inauguradas, aproveitamos do ensejo para aproveitar a V.S. nossos protestos de estima e consideração. (Figueiredo, 1961)

E por fim, nas palavras do diretor da instituição a escola parecia ter também a aceitação da população jundiaiense:

Jundiaí de mãos calosas, habituadas á faina de um labor cotidiano esfaltante, também sabe compulsar o livro e amar o estudo, como o demonstram o carinho e interesse de toda a Comunidade por esta Escola, que é o reflexo da nossa grandeza industrial. (FOOT, 1961)

⁹ Dario de Queiroz era o diretor regional de ensino em 1958.

¹⁰ Anna Maria Figueiredo era a diretora do Ginásio Estadual da Vila Arens em 1961.

Os documentos expostos viabilizam constar que o SENAI de Jundiaí “Conde Alexandre Siciliano” encontrou boa receptividade por parte dos industriais, do Rotary Clube, ambos articuladores para a vinda da instituição à cidade. E foi bem recebido também pelos dirigentes da cidade, como o prefeito municipal e pelas outras instituições educativas com quem o SENAI mantinha relações e pela população que reconheceu a instituição como uma oportunidade de estudos, de qualificação para seus trabalhos.

- **Havia parcerias sociais ou políticas?**

As parcerias que a instituição encontrava na cidade eram grandes, como já mostrado, a da própria prefeitura ao doar parte do terreno à instituição em 1961, mostrando uma parceria marcadamente política e também econômica visando os interesses a quem atendia a instituição: a indústria local.

Além da prefeitura, os grupos escolares da época eram também parceiros, como se vê em 1959, em carta do diretor do grupo escolar “Marcos Gasparian”¹¹ ao diretor da instituição Nelson Foot:

Senhor Diretor

A direção deste estabelecimento tem o prazer de consultar V. Senhoria sobre a possibilidade de no próximo dia 10, às 10 horas, poder acompanhar seus 140 alunos para uma visita ao SENAI.

Na impossibilidade da acolhida de todos os alunos (2s ao 4s anos), pode esta diretoria diminuir o numero de visitantes.

Apraz-me apresentar a V. Senhoria meus protestos de distinta consideração. (Ferrari, 1959)

¹¹ O diretor do grupo escolar “Marcos Gasparian em 1959 era o Sr. Eugenio Ferrari.

Ainda em 1959, outro parceiro aparece, o SESI (Serviço Social da Indústria), obviamente um parceiro do SENAI por ambos servirem aos interesses industriais. Mesmo com essa parceria que parece evidente, o documento abaixo mostra o apreço do delegado regional do SESI¹² pela instituição SENAI:

Prezado Senhor:

Sentimo-nos satisfeito pelo comparecimento de V. Excia. Á solenidade de formatura dos OITO CURSOS SESIANOS, em 27 p.p., á qual, por isso mesmo, foi dado maior brilhantismo.

Voltamos á presença de V. Excia através desta, para agradecermos tão valiosa colaboração. (Devisate, 1959)

As indústrias locais mostravam-se também parceiras do SENAI em todo o período estudado por este trabalho, obviamente, pelos seus esforços em ter a instituição na cidade de Jundiaí. Mais ainda, o documento que segue, do ano de 1961, encontrado na própria instituição mostra parceria com uma indústria grande, de renome internacional:

Prezado Senhor:

Atendendo ao seu pedido, em separado temos prazer em enviar-lhes um exemplar de um quadro demonstrativo do pistão de um motor a gasolina ou diesel, editado pela Fábrica MAHLE.

Acreditando tratar-se de material de seu interesse, firmamo-nos.

Atenciosamente

Volkswagen do Brasil S.A.

p. Sec. De Treinamento

Peças e Serviços

E.W.Krausse. (Volkswagen, 1961).

¹² O delegado Regional do SESI era o Sr. Eugenio Devisate.

Outro parceiro que não poderia deixar de ser citado é o Rotary Clube, presente em toda a história da instituição aqui estudada, articulador para a vinda do SENAI nacional à Jundiaí. Parceiro ao qual o diretor da instituição Nelson Foot mostra sua estima:

Senhores Rotarianos:

A esta Diretoria é assás prazeroso vir trazer-vos a expressão dos seus agradecimentos pelas distinções que de vós mereceu: a oferta da flâmula do Rotary Clube de Jundiaí e o oferecimento de um cocktail, quando da inauguração da Escola SENAI, deisrasgos de mínima gentileza que bem dizem do alto cavalheirismo vosso e da vossa elevada compreensão de quanto merece serem acuradamente tratados os empreendimentos em prol das causas educacionais em nossa terra.

A flâmula do Rotary Ckube de Jundiaí, crede-me, estará sempre em lugar de relevo nesta Escola, como a atestar a obra daqueles que fazem de uma roda, não apenas um símbolo, mas uma realidade de empreendimentos de progresso, para a felicidade da nação. (Foot, 1944)

É afirmativa, portanto, a resposta à pergunta. As parcerias com diversos segmentos da sociedade e a aceitação pela municipalidade, indústrias, grupos escolares e a própria sociedade em si, estão evidenciando nos documentos encontrados.

- **Qual era o interesse dos industriais da cidade na formação da mão-de-obra naquela época? Quais eram as indústrias da cidade à época?**
- **Quais eram as empresas, colaboradoras, vinculadas ao SENAI na época estudada?**

Segundo documento enviado pelo Inspetor da Zona Paulista, José Ribeiro de Menezes Filho ao então diretor da Escola SENAI de Jundiaí, Nelson Foot, em menos de um ano de inauguração da instituição (03/01/1945) o SENAI “Conde Alexandre Siciliano” já possuía um levantamento cadastral que contava com 19

estabelecimentos industriais. Contudo, neste levantamento não há as especificidades dos ramos de cada indústria, mas nele é possível observar que havia o cadastro de indústrias também de bairros próximos a cidade, como de Campo Limpo Paulista e Itupeva.

Em documento datado de 28/4/1958, a respeito da distribuição de folhetos com informações técnicas às empresas, nota-se o cadastro de novas empresas que não apareciam no documento de 1945. Como a empresa de transporte coletivo da cidade, “Auto – ônibus Ltda.”; a Cia de Conservas Alimentícias CICA; Indústrias Francisco Pozzani S/A de cerâmica de louças; Indústrias Andrade – Latorre de fósforos e CIA Fiação e Tecelagem Azem S/A. O SENAI de Jundiaí começou a atender aprendizes dessas indústrias posteriormente aos dois primeiros anos de existência, já que elas só aparecem no documento de 1958, entre outras indústrias que aparecem no documento.¹³ Nota-se também no documento a presença forte das indústrias de Fiação e Tecelagem, ao todo 10 das 26 que aparecem.

Alguns anos mais tarde, em 1961, um documento da instituição mostra a relação das indústrias existentes em Jundiaí com mais de cem empregados:

Promeca S/A – Progresso Mecânico do Brasil

Vigorelli do Brasil S/A – Maquinas de Costura

I.L.N. Ltda. – Indústria Nacional de Locomotivas

Sifco do Brasil S/A – Indústria Metalúrgica

Cia Mechanica e Importadora de São Paulo S/A – Ind. E Com.

Cia Cerâmica Jundiaiense

Cidamar S/A – Indústria e Comercio

Ideal Satandard S/A – Indústria e Comercio

¹³ Como também as empresas: Cia. de Eletricidade S. Paulo e Rio, Duratex S/A Indústria e Comércio, Cia Fiação e Tecelagem Fides.

Indústrias Andrade Latorre S/A
Tutex S/A – Indústria Textil
Cia. Brasileira de Produção e Empreendimentos “Cibrape”
Milani, Cortina & Cia Ltda.
Indústria Têxtil Universal Ltda.
Indústria Têxtil Cosmopolita S/A
Indústria Têxtil Sacotex S/A
Evan Industrial S/A
Cia. Fiação e Tecidos São Bento
Cia Fiação e Tecelagem de Jundiaí
Cia Fiação e Tecelagem Azem S/A
B. Storani S/A – Comercial, Industrial, Agrícola e Pastoril
Argos Industrial S/A
Duratex S/A – Indústria e Comercio
Ceramica Prel S/A
Sammarone S/A – Indústria Ceramica
Cia. Industrial Brasileira de Calçados Vulcanizados – Vulcabras S/A
Standard Brands of Brazil, Inc.
Cia. Industrial de Conservas Alimentícias Cica
Dubar S/A – Indústria e Comercio de Bebidas
S/A Vinhos e bebidas caldas
Produtos Químicos Elekeiroz
Indústria Francisco Pozzani S/A
AEG – Cia. Sul Americana de Eletricidade. (SENAI, maio de 1961)

As indústrias de Fiação e Tecelagem aparecem novamente e, nesta relação, há também a presença de indústrias de louças e cerâmica como a Cidamar e Ideal Standard. Evidencia-se que esses dois ramos industriais eram então fortes na cidade de Jundiaí naqueles anos 60.

Essas eram algumas das principais empresas da cidade nos anos de 1960, e seus interesses parecem claros: queriam uma formação profissional de seus operários.

A respeito da colaboração dessas empresas com o SENAI, foram encontrados três documentos que mostram vinculação com duas empresas: a Argos Industrial S/A, empresa de Fiação e Tecelagem e a indústria de máquinas de costura Vigorelli.

No documento que se segue, no primeiro ano de funcionamento do SENAI “Conde Alexandre Siciliano” observa-se a parceria e colaboração da indústria Argos com a instituição:

Para completar a montagem dos teares, queira conseguir com a Fábrica ARGOS o fornecimento dos roletes que faltam e que nos debitem pelos mesmos.

Quando aos carretéis da carreteleira queira conseguir com o técnico da ARGOS, que vai ser nosso orientador, Sr. Romeu Zillo, um croquis com as dimensões apropriadas que devem ter os referidos carretéis, enviando esse croquis juntamente com um dos atuais carretéis a esta Divisão para que possamos reclamar aos fornecedores.

Montagem da parte da tecelagem, a cargo da Companhia ARGOS, por nossa conta, inclusive o serviço do eletricitista o qual será orientado pelo eletricitista SENAI (Guimarães, 1944)

Neste outro documento, já de 1961, observa-se a parceria e colaboração da indústria Vigorelli:

- 1- Envio-vos o incluso plano para um CTI-A a funcionar na “Vigorelli do Brasil S/A”, por solicitação sua.
- 2- O curso seria dado por empregadores da firma, sob orientação do prof. Onofre Cusin desta escola, que, segundo vossas determinações, ali iria três noites por semana, de 19 as 22 horas, durante dois meses, passando depois a ir tão somente uma vez por semana, no mesmo horário.
- 3- A “Vigorelli” está interessada em que o curso tenha início logo nos primeiros dias de Junho próximo. (Foot, 19 de maio de 1961)

Os documentos acima evidenciam que as duas indústrias tinham estreita ligação com a instituição, mas pode-se também concluir com os outros documentos encontrados que as indústrias que aparecem no cadastro da instituição de alguma maneira também eram vinculadas à instituição, seja para fornecer materiais como a ARGOS industrial, seja, para enviar seus aprendizes à instituição.

- **Onde ficavam as instalações do SENAI? Como foi feita a escolha da sua localização?**
- **Como era a infraestrutura do prédio do SENAI?**

As primeiras instalações do SENAI “Conde Alexandre Siciliano” se situavam no Bairro de Vila Arens, na Rua José do Patrocínio nº 549, conforme fontes da imprensa.¹⁴ Sua localização não parece ter se dado como uma escolha aleatória de um prédio para o início dos cursos. O bairro de Vila Arens em 1944 abrigava as principais indústrias da cidade e, além disso, as estradas de ferro por passavam por ele. Deste modo, o bairro mostrava-se importante para o desenvolvimento econômico da cidade, como mostra a citação abaixo, porém, ele também carecia de mais infraestrutura:

A Vila Arens, pelo numero elevado de operários que abriga, e como centro que é da atividade industrial jundiaiense, constitui, sem duvida, a célula vital de Jundiaí. E assim como nos orgulhamos em dizer que São Paulo é o Brasil, podemos nos orgulhar em dizer que a Vila Arens é Jundiaí. Entretanto, quando nos dispomos a observar o estado de sua população quanto a ausência local de recursos sanitários, de higiene, de assistência a criança, de assistência hospitalar, e de instrução e conforto ao operariado, temos a lamentar

¹⁴ Conforme o Jornal da Cidade de 23.04.2004, Jornal Expressão de 07.05.2004 (Ambos comemorativos dos 60 anos do SENAI Jundiaí) e também alguns números do jornal “A Comarca” do ano de 1944.

que um bairro tão populoso e de atividade industrial que significa a mais abundante fonte de riqueza municipal, se conserve, no entanto, estacionário sob o ponto de vista apontado. (A Comarca, 1944, número 1786)

Além dos motivos acima expostos para a localização da instituição, outro fator marcante para a escolha foi a resolução do Chefe da Divisão de Ensino, o citado Sr.

Professor Guimarães:

Conforme autorização do Sr. Professor Dr. Guimarães, ficou resolvido que, a localização da citada escola seria no bairro de Vila Arens e que funcionaria primitivamente em prédio alugado e serão adquiridos pelo SENAI diversos teares, diversas máquinas para preparação de Tecelagem e diversas máquinas para fiação. (A Comarca, 1944, número 1780)

As primeiras instalações da instituição mostram-se provisórias, visto ser o próprio prédio alugado. Em relação a sua infraestrutura, a escola começou suas atividades contando com uma diretoria, salas de aula, oficinas de metal, têxteis e de madeira, segundo fontes da imprensa¹⁵ e em 1958 recebeu novas instalações da oficina de metalmeccanica.

Em documento informativo da própria instituição datado de 1945, depois da escola já em funcionamento foi construído também um pavilhão especial para os cursos de cerâmica iniciados.

Já em 1952, o espaço físico da instituição mostrava-se pequeno diante da demanda de alunos, segundo noticia o jornal da cidade, e então, em 1957, as obras do novo prédio da escola iniciam-se, sendo inaugurado em 29 de agosto de 1961. A citação abaixo, de um documento informativo da instituição diz sobre o terreno onde foi construído o prédio:

¹⁵ As fontes referidas da imprensa são do “Jornal Expressão”

O terreno em que se ergue a Escola mede cerca de 12 mil metros quadrados. Esse terreno foi em parte doado pela prefeitura local e em parte adquirido pelo SENAI. (SENAI, 1960)

O novo terreno além de maior era agora próprio da instituição, por isso que se constituiu no prédio definitivo, contando com uma nova infraestrutura:

Daí a construção de novos edifícios, erigidos em terreno de 10.671 metros quadrados, em parte doado pela Municipalidade, em parte adquirido pelo SENAI.

Caracteriza-se a construção pela estrutura do telhado, toda de alumínio, num vão de 25 metros, o que, quer através dos “sheds”, quer dos caixilhos móveis laterais, possibilita iluminação e ventilação em abundância.

Pela área construída, somando 3.826 metros quadrados, distribuem-se as oficinas, as salas de aula (num total de 7), a Diretoria e a Secretaria, os gabinetes médico e dentário, a sala do assistente social, a do grêmio dos alunos, as da biblioteca, o pavilhão social, a cabina de força e as instalações sanitárias. (Imprensa, 1961)

A inauguração dos prédios do SENAI de Jundiaí, tanto do provisório como do definitivo, foi marcada por solenidades, como mostra o discurso proferido pelo diretor da instituição. O primeiro prédio teve inauguração mais singela, porém, contou com a presença de Roberto Mange em 1944, que se lembrou do centro de ensino ferroviário que havia inaugurado alguns anos antes na cidade de Jundiaí.

Na inauguração do novo prédio em 1961, o diretor da instituição profere um discurso que diz sobre a necessidade de ampliação da escola, pelo aumento do número de alunos e da própria indústria local. No trecho abaixo, Nelson Foot relembra as pessoas ilustres da cidade que colaboraram para tal empreendimento:

Coube ao Arquiteto Vasco Antonio Venchiarutti, quando prefeito municipal doar a primeira área de terreno para as novas edificações. Motivos de ordem técnica, entretanto não permitiram o seu aproveitamento.

Foi o sucessor á frente dos negócios municipais o Industrial Luis Latorre, em consonância com a Edilidade, quem doou a maior parte da área de terreno em que ora se erguem estes edifícios.

No decorrer do processamento dessa doação, tiveram ação marcante: Vergílio Torricelli, na época diretor administrativo da Prefeitura Municipal; Amadeu Ribeiro Junior, então presidente da Câmara Municipal; Pedro Fávaro, líder da maioria que era; Mário Ferraz de Castro, advogado da Municipalidade. Concretizou-se a obra que hoje se nos depara quando na Presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo se encontra o Sr. Comendador Antonio Devisate na Presidência do Conselho Regional do SENAI, o Dr. Rafael Souza Noschese; á frente da Diretoria Regional do SENAI o Dr. Ítalo Bologna. (SENAI, agosto de 1961.)

Salienta-se que as novas instalações da instituição em 1961, não foram no bairro de Vila Arens, mas sim no bairro do Anhangabaú, este próximo do centro comercial da cidade. Os documentos citam a nova localização, no entanto, não dão indícios do porquê, de sua escolha. Além de sua localização próxima ao centro comercial da cidade, a escolha pode ter se dado conforme as condições de doação do terreno em parte pela Prefeitura de Jundiaí.

Outro ponto importante para o entendimento da escolha da localização do novo prédio aconteceu em 1955, no dia 20 de dezembro, com a inauguração de uma das ruas do bairro Anhangabaú, intitulada “Rua Engenheiro Roberto Mange”, a mesma rua onde anos mais tarde, em 1961, seria inaugurado, no número 95, o prédio definitivo do SENAI “Conde Alexandre Siciliano”. Conforme diz um convite de inauguração da placa do nome da rua, enviado pelo então prefeito Luis Latorre no dia 9 de dezembro de 1955 ao Sr. Rogé Carvalho Mange, filho de Roberto Mange, pode-se concluir que em 1955 o terreno onde seriam construídas as novas dependências da instituição já havia sido escolhido.

- **Quem foi o primeiro diretor? Qual é sua história?**

O primeiro diretor do SENAI “Conde Alexandre Siciliano” foi Nelson Foot, que ficou como dirigente da instituição de 01.05.1944¹⁶ até 31.01.1969. Em um dos documentos analisados, - seu registro como empregado da instituição – mostra que fora admitido anteriormente à inauguração da instituição, em 24/06/1943 e que ocupava a posição de professor-chefe. Filho de Alfredo Foot e Amy Foot, ambos de nacionalidade inglesa, nasceu em 29 de maio de 1908 na própria cidade de Jundiaí. O diretor da instituição foi casado com Amália Foot, teve um único filho, Djalma Foot e residiam na Rua 15 de novembro nº 1584.

Segundo documentos¹⁷ encontrados na biblioteca pública municipal “Prof. Nelson Foot”, percebe-se que foi um homem que teve acesso a vários conhecimentos intelectuais e experiências de trabalho:

Foi diretor em Santa Rita do Passa Quatro, Professor em Piraju, em Jundiaí lecionou na Escola de Comércio Prof. Luiz Rosa, professor de História da Civilização na Escola Normal de Jundiaí. Foi diretor na Escola SENAI de Jundiaí, colaborou para a instalação do Colégio Técnico de Jundiaí. Por dois períodos foi funcionário da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. (Arquivos da Biblioteca Municipal “Nelson Foot”)

Todo o material analisado na biblioteca municipal de Jundiaí confirma a vida pública na municipalidade e na educação que teve o diretor do SENAI. Os documentos ainda acrescentam que Nelson Foot era conhecedor também do Latim, Inglês e Francês, matérias que lecionava além do próprio Português. Os

¹⁶ 01.05.1944 é a data de inauguração do SENAI “Conde Alexandre Siciliano”

¹⁷ Jornais referentes a biblioteca municipal, documentos da prefeitura e Câmara municipais de Jundiaí dizendo da escolha do nome de Nelson Foot ao local. Encontram-se arrolados em acervo da Biblioteca Municipal de Jundiaí “Nelson Foot”.

documentos ainda dizem que antes de Nelson Foot instalar e assumir a direção do SENAI de Jundiaí ajudou na instalação de quatro escolas do SENAI em São Paulo.

Os exemplares do, “A Comarca”, quando diziam da vinda da instituição SENAI à Jundiaí, em 1943, já falavam que Nelson Foot seria seu diretor:

Acha-se em vias de instalação, nesta cidade, a grande escola profissional secundária, devendo nela figurar varias modalidades de ofício e podendo comportar centenares de alunos, segundo estamos informados.

Foi nomeado para dirigi-la o nosso conterrâneo, Prof. Nelson Foot, nome bastante conhecido e pessoa de capacidade para o magistério. (A Comarca, 1943, número 1785).

Esta fonte acima consultada confirma que o primeiro diretor escolhido para o SENAI antes mesmo de sua inauguração em 1944 era figura ilustre e conhecida da cidade.

- **Como se dava a contratação dos professores e funcionários?**

A contratação de professores e funcionários parecia dar-se na época estudada por meio de concurso público, como mostra o documento a seguir de 1961, uma carta do diretor do SENAI de Jundiaí ao Inspetor de Zona propondo a admissão de um instrutor:

- 1- De acordo com o concertado convosco, venho propor-vos a admissão do Sr. Pedro Luiz Ferreira, brasileiro, maior, casado, já aprovado em concurso, para Instrutor-Torneiro, com exercício a partir de 1/6/61.
- 1- Envio-vos os inclusos documentos seus: carteira profissional de no 90143, série 86 a, ficha médica, atestado de antecedentes e 3 fotografias.
- 2- Seu certificado de Reservista de 2ª categoria tem o no 136586, da 2a R.M., e seu título de eleitor o no 24 da 110a zona. (Foot, 31 de maio de 1961)

- **Qual era o critério para os ingressantes? Havia algum tipo de seleção?**

Cunha (2005) aponta que os aprendizes foram definidos como os trabalhadores menores de 18 anos e maiores de 14, sujeitos à formação do ofício em que exerciam seu trabalho. Para a admissão do aprendiz, as empresas deveriam dar preferência aos filhos e irmãos dos seus empregados e exigir, como condição, terem os candidatos concluído o curso primário ou possuírem os conhecimentos essenciais à formação profissional. Mendes (2007), por sua vez, mostra que os aprendizes faziam o curso de aprendizagem no SENAI e trabalhavam em uma indústria quatro horas por dia, para isso, o aprendiz recebia de meio a um salário mínimo e os estabelecimentos industriais teriam a obrigação de empregar no mínimo 5% de trabalhadores aprendizes.

A carta do diretor da instituição Nelson Foot enviada a uma das indústrias em 1945 confirma a idade dos ingressantes e que estes eram enviados pelas indústrias:

Tendo o menor Álvaro Mian completado 18 anos, foi eliminado desta escola, de vez que o conceito de aprendiz, nos termos do Decreto-Lei numero 5 091, de 15/12/42, é o de “trabalhador menor de dezoito e maior de catorze”.

Assim, vimos solicitar-vos a fineza de enviar outro menor para preencher a vaga aberta com a retirada daquele. (Foot, fevereiro de 1945)

A respeito do número de aprendizes enviados pelas indústrias à instituição, a carta do chefe da divisão de ensino ao então diretor do SENAI Jundiaí de 1944 confirma a fala de Cunha (2005) exposta acima, de 5% dos aprendizes calculado sobre o total de operários:

Confirmando instruções anteriores e de acordo com entendimento com a diretoria: - “durante a fase de instalação do SENAI, os senhores industriais poderão matricular, anualmente, em um único

ofício um número máximo de aprendizes correspondentes a 5%, calculado sobre o total de operários qualificados da Seção onde o referido ofício é praticado. Aqueles industriais que desejarem matricular um número de aprendizes maior, em um único ofício, do que o mencionado acima, deverão fazer com o SENAI entendimento especial nesse sentido. (Guimarães, novembro de 1944)

Já o documento de 1949 traz uma nova informação, um número maior de 5% de aprendizes calculado sobre os operários, agora o número máximo seria de 15%, como vê-se em carta do então diretor regional Roberto Mange aos diretores da Fiação e Tecelagem Sant'Ana da cidade de Vinhedo:

Efetivamente, determina a lei que “Os estabelecimentos industriais de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nas Escolas mantidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), um numero de aprendizes equivalente a 5% no mínimo e 15% no máximo, dos operários existentes, em cada estabelecimento industrial e cujos ofícios demandem formação profissional”, (decreto-lei ns. 4.481 e 9.576, de, respectivamente, 16-7-1942 e 12-8-1946). (Mange, 1949).

Salienta-se que nesse período estudado os aprendizes deveriam ter vínculo trabalhista com alguma indústria e caso não tivessem, estavam em risco de sair da instituição, como mostra a carta do inspetor da zona paulista enviada ao diretor do SENAI de Jundiaí:

Comunico-vos, de ordem do Sr. Chefe da DE, que os alunos que porventura, venham a ficar desempregados na Industria, poderão continuar frequentando nossas Escolas, durante um período não superior a dois meses, até obterem novo emprego. (Menezes, 1944)

De acordo com o jornal “A Comarca”, de 1944, que diz sobre os cursos de Adestramento Têxtil, “Todos os candidatos passarão por seleção, que abrangerá conhecimentos, aptidões e exame medico”.

O critério para ingresso dos aprendizes mostra a estreita ligação das indústrias com a instituição. Os documentos dizem que era a própria fábrica que enviava seus operários jovens para aprendizado na instituição, mostrando a quem o SENAI de Jundiaí contemplava: os aprendizes das indústrias e, por consequência, os industriais que tinham mão-de-obra qualificada para suas indústrias.

- **Quais foram os primeiros cursos oferecidos e como foram organizados?**

Os primeiros cursos oferecidos quando da inauguração da instituição em 1 de maio de 1944, estavam organizados, segundo o jornal “A Comarca”, em três diferentes tipos de curso: formação de oficiais em atividades de ordem geral, em particular em madeira, metal e eletricidade, tendo esses alunos aulas teóricas de português, matemática, tecnologia, desenho e aulas práticas na oficina. O curso de trabalhadores menores tinha duração de dois anos para as funções industriais. E o curso de adestramento têxtil dois meses de duração com aulas teóricas de português, matemática e tecnologia e aulas práticas com os teares e demais máquinas.

Um ano depois, em 1945, segundo documento informativo da própria instituição os cursos se organizavam em diurnos, de aprendizes de ofício: ajustador, carpinteiro, marceneiro, mecânico de automóvel e torneiro mecânico. Os cursos noturnos rápidos de ajustador e torneiro mecânico e o curso noturno de aperfeiçoamento de desenho mecânico.

Houve também nos primeiros anos de funcionamento da instituição um curso de cerâmica, não se pode dizer com precisão o ano de funcionamento dele, mas

pode-se concluir com mais de uma fonte da imprensa atual¹⁸ que noticiou a existência do curso. E também no próprio documento da instituição, onde o chefe da divisão de ensino, apresenta ao diretor da instituição, Nelson Foot, o sr. Gustavo Martin, orientador dos cursos de cerâmica. No documento, o chefe da divisão de ensino pede para que seja mostrado o espaço físico onde poderia ser montado a oficina de aprendizagem de cerâmica e deixa claro suas intenções quanto ao curso:

Peço-vos facilitar-lhe a visita as Fábricas de Ceramica dessa cidade, a fim de colher as informações necessárias para organizar um Curso de Preparo de Aprendizizes que venha a satisfazer as necessidades desses industriais. (Guimarães, 1945)

A citação sobre o curso de cerâmica confirma que os cursos da instituição atendiam aos industriais e também as necessidades das indústrias locais.

- **Qual era a metodologia usada para o aprendizado?**

Uma das especificidades da instituição é a sua metodologia própria de ensino, as séries metódicas de ofício (SMO). As primeiras foram introduzidas no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CEFESP), assim como o próprio SENAI foi herdeiro das experiências de Roberto Mange no Liceu de Artes e Ofícios do CEFESP:

De 1924 a 1926, reuniu-se em torno do engenheiro Roberto Mange um grupo de estudiosos empenhados em desenvolver as aplicações psicotécnicas e a racionalização dos métodos de ensino industrial. Já nessa época havia ele conseguido a colaboração de algumas empresas ferroviárias, como a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a Sorocabana e a Mogiana, que matriculavam alguns jovens na Escola Profissional Mecânica, onde se formaram, voltando a trabalhar nas respectivas estradas. Lá foram introduzidas as

¹⁸ As fontes da imprensa sobre o assunto foram o Jornal da Cidade de 20.08.1992 e de 07.04.2004.

primeiras séries metódicas de aprendizagem dos ofícios, as quais, paulatinamente, penetraram nas instituições de ensino industrial no Brasil. (Dias, 1992, p. 57).

O trecho acima confirma a atuação de Roberto Mange na elaboração da metodologia que mais tarde seria aplicada por excelência no SENAI e também mostra algumas de suas ideias sobre o taylorismo e a racionalização dos métodos de ensino industrial. A divisão técnica do trabalho estava associada diretamente ao processo de aprendizagem, já que as séries metódicas permitiam o ensino de delimitado ofício de forma que ele fosse entendido como um conjunto de operações que podiam ser aprendidos separadamente.

Com a metodologia já definida, coube a Divisão de Ensino o planejamento dos cursos a serem implantados no SENAI, desde a elaboração das diretrizes pedagógicas até o desenho das instalações escolares.

Cunha (2005) chama a atenção para outros aspectos desta metodologia, como a necessidade de improvisação, quando da criação da instituição nos anos 40, período em que não havia instrutores que dominassem a diversidade de ofícios que se deviam ensinar. Outro aspecto está na padronização em âmbito nacional que se propuseram a alcançar como, nomenclatura e sequências de ensino.

As séries metódicas de oficina eram constituídas por folhas de tarefa com prescrições aos alunos das operações a serem feitas, bem como das ferramentas e material a ser utilizado. A instrução individual compreendia quatro fases aplicadas na aprendizagem das oficinas, na ordem a seguir:

- Estudo do assunto: estudo da tarefa - estudo dos conteúdos existentes nas folhas individuais de instrução;

- Comprovação do conhecimento: demonstração das operações novas – os aprendizes repetem na oficina o modo correto demonstrado pelo docente de executar cada uma das operações;
- Aplicação: execução da tarefa – o docente acompanha o aprendiz enquanto executa a tarefa da folha individual; e
- Avaliação: é levada em consideração pelo docente a compreensão do conteúdo, o uso correto das ferramentas e máquinas, além de seu comportamento.

Essa mesma sequência é seguida nas matérias instrumentais além das oficinas como matemática, português, ciências e desenho. Salienta-se que o aprendizado das matérias teóricas era voltado para o aprendizado do ofício em questão, contendo o mínimo indispensável de conteúdos para execução das tarefas das oficinas e do futuro ofício, sem possibilitar maiores ou qualquer aspiração que não fosse a do próprio ofício, como se pode constatar pela passagem a seguir:

O ensino de Desenho não visa à formação do desenhista, o que induziria o aluno a abandonar seu ofício. Suas finalidades são, principalmente, dar aos alunos os conhecimentos essenciais, a fim de possibilitar o traçado do esboço de peças simples e a prática de leitura do desenho, de modo a permitir que o aluno compreenda sua peça de trabalho (Relatório de 1945 *In*: Miceli & Pazzinato, 2007, p.75)

Juntamente com as séries metódicas, o SENAI determinava que seus docentes adotassem os princípios da chamada “educação integral”, definida como uma formação que tornasse o aluno capaz de exercer a plena cidadania, formação que ia ao encontro da visão muito específica compartilhada por aquela instituição: a de que, as sociedades e o conhecimento humano só se renovariam com o exercício pleno da crítica.

Este conceito leva a refletir qual seria então o espaço reservado à crítica do aprendiz dentro de todo o processo didático-pedagógico, em que as séries metódicas prescreviam as tarefas a serem feitas sistematicamente, comportando uma ideologia racional para organização da produção, para o aumento da produtividade e para o lucro:

As séries metódicas deviam “constituir um sistema progressivo de aquisição da técnica do trabalho, comparável a uma evolução biológica, em que o aprendiz, sem sentir e sem se cansar, mas com interesse sempre ativo, adquire de forma mais rápida e racional uma capacidade técnica de produção. (Relatório de 1945 *In*: Miceli & Pazzinato, 2007, p.70)

As séries metódicas de ensino e o próprio funcionamento da instituição remetia a um ambiente fabril, onde havia uma caderneta de presença para cada aluno, assemelhando-se a um cartão de ponto, a limpeza e cuidado com as máquinas e ferramentas e até o comportamento mais contido que se observava num ambiente de trabalho. Todo o funcionamento e a própria eficácia do sistema SENAI se deveu a uma aproximação tal da fábrica (e o próprio apoio da mesma) em que o aprendiz nas palavras de Cunha (2005), *“era conduzido a uma acomodação ao status de operário e de conformismo à ordem social”*.

O papel dos instrutores (professores) nas séries metódicas de ensino consistia em demonstrar como seriam executadas as operações, supervisionar, controlar e avaliar o processo de ensino-aprendizagem. A eles competia cumprir rigorosamente as instruções das séries metódicas, assim como mostra o trecho da Ata de reunião do SENAI local, no ano de 1947:

Comunicado do Diretor da Escola:

- Reitera a observação quanto à ordem existente de que nas oficinas não devem ser feitos outros serviços que não a SMO.

-As sugestões dos empregados não devem ser postas em execução antes de serem aprovadas pela D.E. e, portanto, passarem a ser padronizadas.

-Torna a ser observado que nada dentro da escola deve ser feito sem prévio conhecimento da diretoria. (SENAI, 1947)

Outro ponto a ser ressaltado no papel dos instrutores é a existência da autoridade que neles se encontrava, assim como em todo o pessoal do SENAI. A ordem, a disciplina e responsabilidade consistiam em valores indispensáveis da instituição para uma produção satisfatória e estavam presentes nas relações cotidianas da instituição, tanto para com aprendizes e instrutores e até no próprio funcionamento administrativo, na organização e acompanhamento próximo dos instrutores por parte da direção, constatada em uma das cartas do inspetor de zona, enviada no ano de 1962¹⁹.

No desenvolvimento da aplicação da nova SMO os Diretores precisam acompanhar o ensino, a fim de auxiliarem a resolver os problemas e tomarem conhecimento do que convenha ser registrado para apresentação e estudo posterior da DE. (SENAI, 1962)

Pode-se concluir que a metodologia específica do SENAI foi satisfatória e obteve êxito concordante com os objetivos da instituição: formar mão-de-obra para o mercado industrial em crescimento nos anos 1940. Uma formação de aprendizes por meio de uma metodologia da racionalização, da divisão do trabalho que, além do ensinamento das técnicas do ofício em si, comportava também o aprendizado da postura e de uma determinada maneira de ser de um futuro trabalhador. Pode-se

¹⁹Carta do inspetor da zona 3, Sr. José Ribeiro de Menezes Filho, às Escolas SENAI da zona de atendimento sobre determinação do Dr. Bologna em reunião de Inspectores e chefes da Divisão de Ensino.

dizer que o SENAI obteve êxito com aquilo a que estava comprometido naquele momento histórico: formar mão-de-obra qualificada para o setor industrial.

- **Os cursos neste período eram destinados para ambos os sexos?**

No que se refere ao período estudado da instituição neste trabalho (1944 a 1961), os jornais e os documentos encontrados no SENAI local dizem que no início da instituição se encontrava um contingente de mulheres.

O jornal “A Comarca”, no ano de 1944, menciona a abertura de inscrições do curso de Adestramento Têxtil em que poderiam se inscrever candidatos de ambos os sexos, a contar de 14 anos de idade.

Outra reportagem do referido jornal, também do ano de 1944 - primeiro ano de funcionamento da instituição - publica o nome das formandas do curso com a duração de dois meses:

No início do corrente mês de Agosto, receberam certificados de aprovação no Curso de Adestramento Têxtil da Escola SENAI local os alunos componentes da primeira turma do curso rápido de aprendizagens em teares e máquinas afins. (...) Foram os seguintes os alunos que receberam certificados de aprovação e capacidade: Antonieta Agostinho, Nelson F. Alves, Artemiro Apolinário, Maria L. Apolinário, Anita Barbim, Odete Maierba Bernuci, Teresinha de Jesus Bragantini, Cecília Bruneli, Benedita Maria Conceição, Ana Francisco, Vítório de Lima, Romeu Lovatti, José Lucio Neto, João Marino, Inex Masteiari, Ângela Pacheco, Angelina Pedroso, Márcio Ramos, Amaury Ribeiro, Sufia Romaucini, Eva Siqueira e Artur Stefano. (A Comarca, 1944, número 1941).

Outro curso que continha mulheres, visto nos documentos da instituição²⁰ que datam também de seu início (1945 e 1946), era o de Economia Doméstica e

²⁰ Visto nas correspondências entre o diretor do SENAI – Nelson Foot – e o diretor da Escola Profissional Municipal – Pascoal de Muzio.

Costura, realizado em colaboração com a Escola Municipal da cidade, como pode ser visto na carta do Inspetor da Zona Paulista, José Ribeiro de Menezes Filho ao Chefe da Divisão de Ensino :

Relativamente ao ensino de economia domestica ás alunas da Escola P-II-1, comunico-vos que a Escola Profissional Municipal de Jundiaí prontifica-se a ministrar essas aulas. Estas podem ser no período da manha ou da tarde.

Na Escola SENAI tais alunas teriam então apenas dois períodos de aulas; o terceiro seria na Escola Profissional.

Teríamos que pagar uma gratificação ao Diretor e a três professoras da Escola Profissional. (Menezes, 1945)

Os documentos mostram também que esse curso se extingue já no ano de 1946, como pode ser visto em uma das cartas ao diretor da Escola Profissional Municipal, Pascoal de Muzio do diretor do SENAI:

1-Venho comunicar-vos que, de conformidade com o que sempre foi processado com referencia as aulas de Economia Domestica e Costura para as alunas da Escola SENAI P-2, cessarão elas a partir de 15 de junho de 1946, data em que também serão dispensados todos os que estão sendo pagos para prestar serviços nesse curso.

2-Dar-vos-ei, oportunamente, ciência da data em que deverão ter reinicio. (Foot, 1946)

Nelson Foot, diretor do SENAI local diz no documento que avisará sobre sua reabertura, porém não se sabe se ela houve de fato, pois após essa data não foram encontrados no acervo do SENAI local mais documentos que evidenciassem a mesma.

Após esses primeiros anos de funcionamento da instituição não se sabe com exatidão sobre a participação das mulheres nos cursos, pois não foram encontrados documentos. Contudo, há indícios que essa participação diminuiu como noticia o

Jornal de Jundiaí em uma matéria especial sobre o SENAI local em comemoração de seus 60 anos de funcionamento, já no ano de 2004:

Logo quando foi criado, o SENAI recebia um bom contingente de mulheres, mas o interesse feminino foi diminuindo e, por décadas, a escola se transformou num verdadeiro “clube do bolinha”. Há cerca de cinco anos, essa hegemonia foi quebrada com a entrada de várias alunas e hoje o grupo feminino já está bem maior. (Jornal de Jundiaí, 06.04. 2004).

Além da reportagem acima citada há indícios da baixa ou talvez nenhuma participação das mulheres nos cursos do SENAI “Conde Alexandre Siciliano”, devido ao convite de formatura encontrado na própria instituição da turma de 1958, dos artífices e aprendizes que concluíram os cursos de torneiro mecânico, ajustador, carpinteiros, marceneiros e o curso de aperfeiçoamento de desenho técnico. Em nenhum dos cursos encontram-se nomes femininos.

- **Quais eram as necessidades educacionais desta cidade em 1944?**

Não foram encontrados dados que respondam estritamente à esta pergunta. Contudo, com a leitura e análise das fontes para essa pesquisa, tanto documentais como da imprensa, pode-se concluir que a cidade carecia de formação profissional que atendesse aos interesses dos industriais, que formasse uma determinada mão-de-obra específica a esse fim. Isso se confirma pelos esforços dos industriais e de outros órgãos para a vinda da instituição à cidade e também a aceitação que a mesma teve por diversos segmentos sociais, políticos e econômicos como já citados anteriormente.

- **As políticas da cidade sobre o ensino técnico e profissional se relacionavam com as políticas nacionais?**

As políticas da cidade sobre o ensino técnico e profissional se relacionavam com a instituição SENAI local, conforme o curso já citado de Economia Doméstica e costura realizado em regime de colaboração com a Escola profissional municipal da cidade.

Pode-se concluir que as políticas da cidade se relacionavam com as políticas nacionais de acordo com a institucionalização do SENAI, um órgão nacional e das políticas de ensino profissional da cidade como a Escola Profissional Municipal.

- **Os pais dos aprendizes possuíam algum tipo de vínculo com a indústria? Qual a origem social dos aprendizes nestes primeiros anos de funcionamento?**

Segundo entrevista com o ex-estudante da instituição, Antonio Marcucci, que se formou no curso de ajustador no segundo semestre de 1958, a origem social dos aprendizes e de suas famílias era de baixa renda. Ele diz que o SENAI era bem visto pela sociedade e que as famílias faziam gosto por seus filhos estudarem na instituição. E no SENAI “Conde Alexandre Siciliano”, segundo Marcucci, havia a formação não só do “profissional”, mas do “homem”. Ele frisa essa formação, pois não tinha pai e sua mãe exerceu a ocupação profissional de faxineira. Ele diz, então, dever à instituição essa formação profissional e cidadã que obteve. O entrevistado citou o seu amor à uma instituição que tinha e tem até os dias de hoje, segundo sua

visão, o amor pela bandeira e pelo hino nacional que era cantado no SENAI, além do respeito aos instrutores e professores. Em suas palavras, “os mestres”.

Em relação ao vínculo com a indústria, Marcucci disse que todos os alunos deveriam ter o vínculo em sua época de estudos (1958) com alguma indústria para poder se matricular na instituição. Em seu caso, o vínculo era com a indústria Argos.

- **Com quantos alunos o SENAI iniciou suas atividades e qual foi a expansão no período estudado?**

Para a presente questão foram analisados os relatórios da inspetoria da zona paulista do SENAI relativos aos anos de 1947, 1948 e 1949. E montados os gráficos que seguem para uma maior visualização da quantidade de alunos matriculados e da expansão no período estudado. Salienta-se que não foram encontradas as siglas explícitas aos respectivos cursos: CAO, CP, CRP e CAI, as que foram usadas nesta pesquisa são fruto de possíveis siglas embasadas em todos os documentos estudados.

Na figura 1, do ano de 1947, é possível visualizar que o curso com maior número de matriculados tanto no primeiro semestre quanto no segundo era o curso de aprendiz de ofício (CAO), em relação ao mesmo curso no gráfico os números de matriculados praticamente se mantem nos dois semestres.

Em relação aos matriculados de outros cursos, o aspirante a indústria ou aprendizagem industrial (CAI) é o de menores matrículas nos dois semestres, seguidos pelo curso rápido (CRP) e pelo curso profissional (CP). Havia no curso rápido um pouco mais de matrículas no primeiro semestre do que no curso profissional no segundo semestre. Porém, o gráfico confirma serem os cursos de aprendiz de ofício os mais procurados.

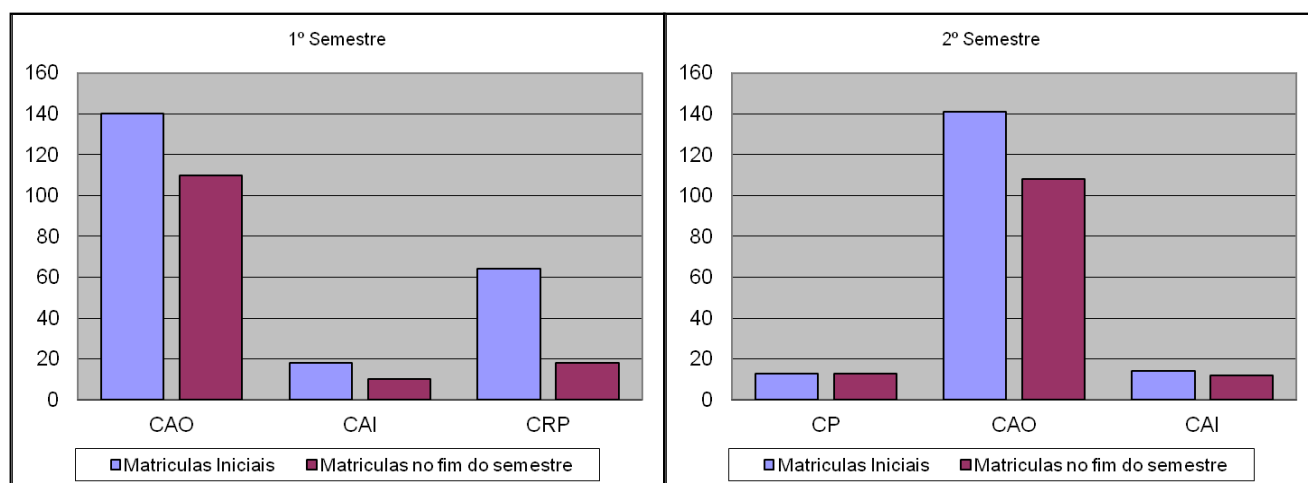


Figura 1. Matriculados em 1947

Nos matriculados do ano de 1948 (Figura 2) a tendência das maiores matrículas serem dos cursos de aprendizes de ofício (CAO) se mantém nos dois semestres do ano. Inclusive aumentando o número de matrículas neste curso e também no curso de aspirante a indústria ou aprendizagem industrial no segundo semestre deste mesmo ano.

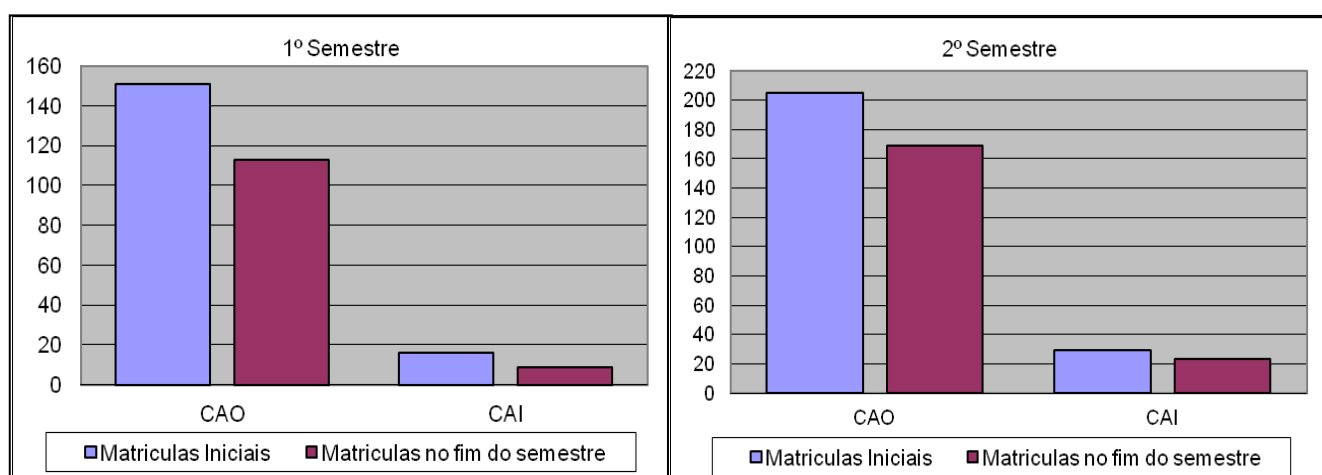


Figura 2. Matriculados em 1948

No último ano de nossa análise (1949), observa-se na figura 3 que o curso de aprendiz de ofício (CAO) ainda se mantém com a maioria dos matriculados, observando-se um aumento do número de matriculados em relação aos anos

anteriores e grande aumento também no curso de aspirante a indústria ou aprendizagem industrial (CAI). De acordo com a análise dos gráficos o ano de 1949 foi o de maior matriculados nos dois cursos acima citados.

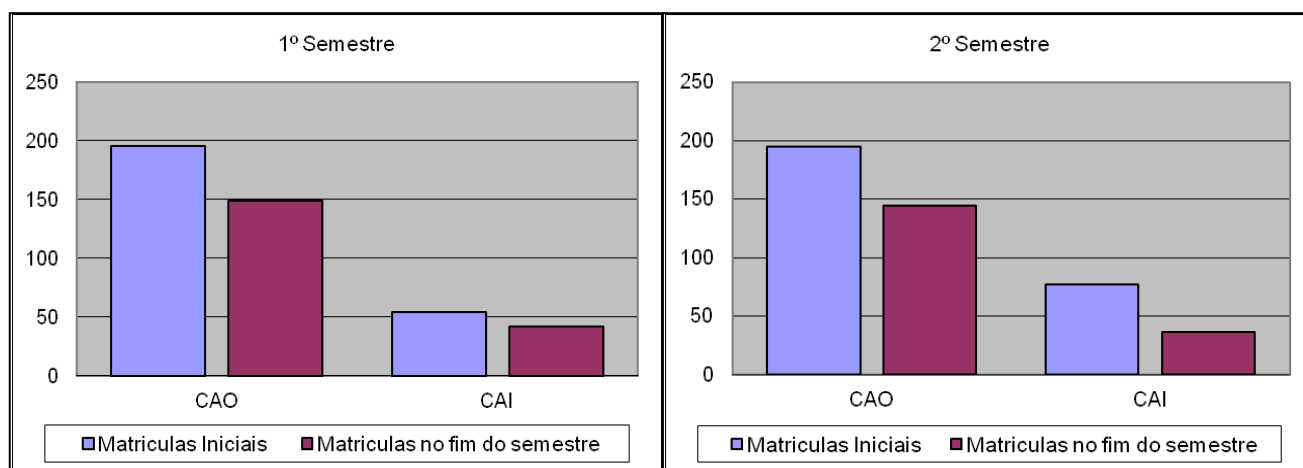


Figura 3. Matriculados em 1949

A figura 4, que segue, foi montado para se observar a evolução nos anos de 1947 à 1949 das matrículas iniciais dos primeiros e segundos semestres do curso de aprendiz de ofício, justamente o curso com maior número de matrículas nos três anos. 281 matriculados no ano de 1947, 356 no ano de 1948 e 390 no ano de 1949.

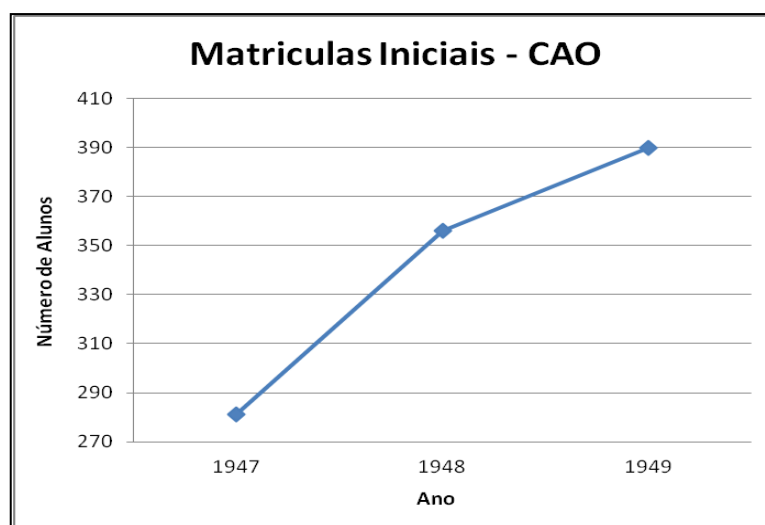


Figura 4. Expansão de matriculados no curso CAO

- **Quais eram as taxas de evasão e repetência escolar do período?**

Para a presente questão também foi montado a figura abaixo relativo à porcentagem da taxa de evasão que foi construído analisando os gráficos anteriores dos anos de 1947 à 1949, observando-se as matrículas iniciais e finais no mesmo semestre em cada curso.

Observa-se, no gráfico, no primeiro semestre de 1947, o curso de aprendiz de ofício (CAO) teve taxa de evasão de 21,8% e, no segundo semestre, a mesma taxa foi nula. O curso de aspirante à indústria ou aprendizagem industrial (CAI) teve taxa de evasão no primeiro semestre de 22,2% e praticamente mantendo essa taxa no segundo semestre com 22,4%. O curso rápido (CRP) no primeiro semestre e o curso profissional no segundo (CP) também praticamente mantiveram suas taxas de evasão com 14% e 14,2% respectivamente.

No ano de 1948 o gráfico aponta algumas diferenças de evasão entre o primeiro e o segundo semestre. O curso de aprendiz de ofício (CAO) possuía uma taxa de evasão de 22,5% no primeiro semestre, caindo para 14,6% no segundo semestre. E o curso de aspirante à indústria ou aprendizagem industrial (CAI) possuía uma taxa de evasão grande no primeiro semestre de 43,7% caindo bruscamente para 8,6% no segundo semestre.

E no ano de 1949 o curso de aprendiz de ofício (CAO) tem uma taxa de evasão de 9,8% no primeiro semestre aumentando para 24,8% no segundo semestre. O curso de aspirante à indústria ou aprendizagem industrial (CAI) tem uma taxa de evasão de 20,9% no primeiro semestre e praticamente dobrando este número no segundo semestre, com 47,9% de evasão no período.

Não se sabe também os motivos da evasão destes alunos, já que os números encontrados não mostram essa questão. Em entrevista com o ex-estudante do SENAI, sr. Aparecido Marcucci da turma de ajustadores do ano de 1958, disse que os motivos da evasão dos alunos não eram por motivos de não conseguirem acompanhar o curso, mas sim por necessidades familiares, já que os alunos eram de camadas populares da sociedade e muitas vezes tinham de trabalhar em período integral para ajudar nas despesas familiares.

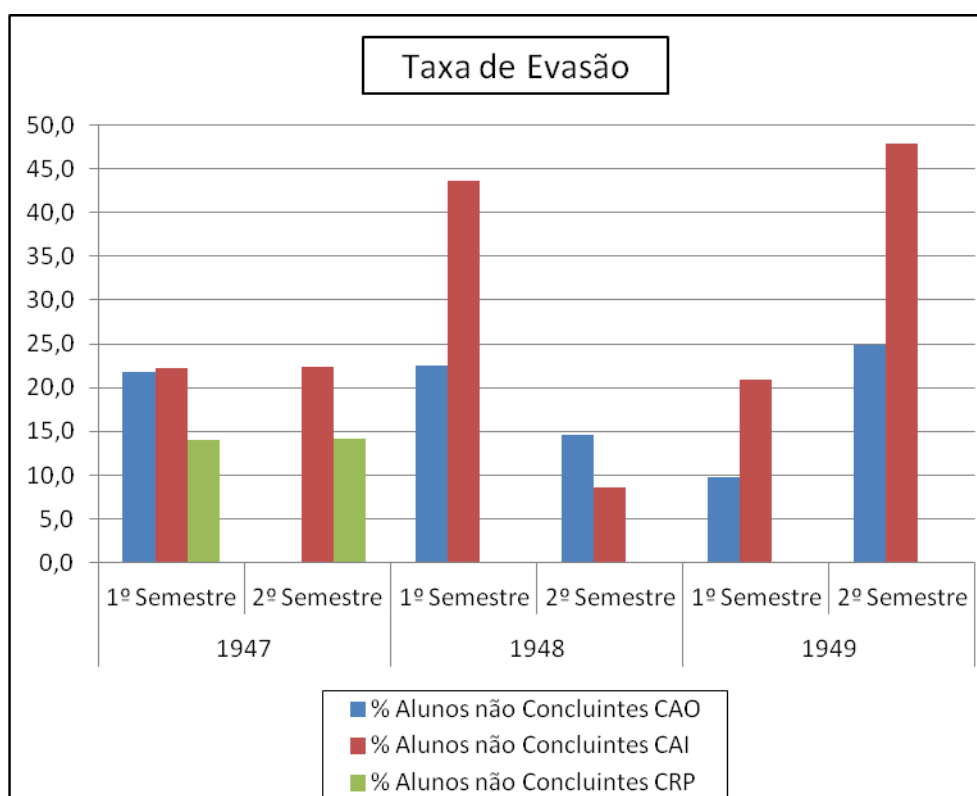


Figura 5. Porcentagem de Evasão

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SENAI de Jundiaí “Conde Alexandre Siciliano” foi a instituição escolhida para esta pesquisa histórica. Pretendeu-se traçar um histórico crítico e educacional desta instituição que com mais de 60 anos de existência não havia sido estudada por nenhum pesquisador.

Pretende-se também mostrar com este trabalho, que a história é formada pelo local, pelo interior, como é o caso do SENAI de Jundiaí, e também pelas questões nacionais e mundiais. A própria instituição SENAI foi criada em 1942 em âmbito nacional por um Decreto-Lei do então presidente Getúlio Vargas, em um momento histórico em que o país se voltava para a produção interna e para as indústrias de base, estas ganhando força com a 2ª Guerra Mundial, devido à restrição de importações.

Foi nesse quadro que a instituição foi criada, não somente pelo Decreto-Lei do então presidente Vargas, nas Leis Orgânicas de Ensino, mas também por causa pressão dos industriais para obter uma qualificação de seus trabalhadores de acordo com seus interesses racionais de trabalho, visando a obtenção do lucro máximo. A instituição teve uma implementação rápida e eficiente para os industriais.

Uma figura importante na criação do SENAI de Jundiaí é a de Roberto Mange, primeiro diretor do Departamento Regional de São Paulo e também criador em 1934 do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP). A experiência de Mange nas escolas das estradas de ferro foi fundamental para a criação anos mais tarde na instituição de ensino profissional aqui estudada, pois foi no CEFESP que foram introduzidas as primeiras séries metódicas de ensino e os

testes psicotécnicos, destacando uma doutrina de organização racional do trabalho, taylorista.

Nessa mesma época de criação do SENAI, a escola de Jundiaí “Conde Alexandre Siciliano” estava na lista das primeiras instituições. Em Jundiaí, na década de 1940, crescia-se o parque industrial principalmente com as indústrias de tecelagem e cerâmica e a cidade contava com importantes ferrovias e com um Núcleo de Ensino Ferroviário, ao passo que também chegava à Jundiaí a Rodovia Anhanguera.

Não foi por acaso que em 1º de maio de 1944 o SENAI de Jundiaí inaugurava-se em um prédio provisório no bairro de Vila Arens, bairro na época que abrigava muitas indústrias e que se situava às margens da ferrovia. E em 29 de agosto de 1961 a instituição vai para o prédio permanente, localizado próximo ao centro comercial da cidade e onde se encontra até os dias de hoje.

Pode-se concluir que a instituição foi muito bem recebida na cidade por diversos setores e por seus dirigentes, como prefeitos, pelos próprios industriais, pelo Rotary Clube, pelos grupos escolares da época e pela própria população que reconheceu na instituição uma oportunidade de qualificação e estudos. Deste modo, a instituição contava também com diversos parceiros e atendia não só o município de Jundiaí, mas também atendia municípios vizinhos como Várzea Paulista, Itatiba, Louveira, Francisco Morato.

Nelson Foot foi seu primeiro diretor, pessoa ilustre na cidade de Jundiaí e docente, a Biblioteca Pública Municipal leva seu nome prestando-lhe uma homenagem.

Depois do histórico mostrado nesta pesquisa do SENAI em âmbito nacional e local, com a reconstrução histórica do SENAI “Conde Alexandre Siciliano” pode-se

ainda indagar o porquê de tal sucesso no campo da profissionalização dos adolescentes. Primeiramente não se pode esquecer que esta instituição está em regime de colaboração com as empresas e que possui toda uma infraestrutura de ótima qualidade, com oficinas equipadas.

A instituição possui também uma metodologia própria de ensino: as séries metódicas, contendo traços tayloristas de racionalização e divisão técnica do trabalho. Além do ensinamento do determinado ofício, o aprendiz do SENAI aprende um determinado “*ethos profissional*”, uma maneira específica de se comportar como um operário, já que antes mesmo de entrar na indústria o aprendiz já possui uma caderneta de presença, já aprende o cuidado com o maquinário na própria instituição. Aparecido Marcucci, ex-estudante do SENAI de Jundiaí confirmou esse aprendizado além do ofício dizendo em entrevista que o SENAI “forma o profissional e o homem”.

Percebe-se então que o sucesso do SENAI deve-se a uma série de fatores, mas que em determinado aspecto convergem em um só: a excelência da produtividade e do lucro industriais. É muito provável que o SENAI terá por muitos anos prestígio no ensino profissional em âmbito nacional, pois tem o apoio total dos industriais que, em consequência, possuem o apoio de diversos segmentos do Estado.

FONTES PRIMÁRIAS

Acervo sobre biografia de Nelson Foot da Biblioteca Pública Municipal “Prof. Nelson Foot”

Câmara Municipal de Jundiaí. Indicação nº 3.600 – fls. 2

CASTRO, Mario Ferraz de. Carta do secretário do Rotary Clube de Jundiaí ao Diretor da Escola SENAI de Jundiaí Prof. Nelson Foot. 04 de setembro de 1961.

DECRETO Nº 7638, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1984.

DEVISATE, Dante. Carta ao diretor Nelson Foot. Jundiaí, D7/CDA/071-59. 4 de março de 1959.

FERRARI, Eugenio. Carta ao diretor Nelson Foot Ofício numero 4159. Jundiaí, 8 de outubro de 1959.

FIGUEIREDO, Anna Maria. Carta da Diretora do Ginásio Estadual de Vila Arens ao Diretor do SENAI Prof. Nelson Foot. Jundiaí Of 49/61. 01 de setembro de 1961.

FOOT, Nelson. Carta ao Sr. Dr. Raphael de Mauro, presidente e membros do Rotary Clube de Jundiaí. Jundiaí, 8 de maio de 1944.

FOOT, Nelson. Relatório das atividades do SENAI de Jundiaí referentes a 1944 enviado à Inspeção da Zona Paulista. 20 de janeiro de 1945.

FOOT, Nelson. Carta enviada à Fábrica Japi S/A. Jundiaí 9 de fevereiro de 1945.

FOOT, Nelson. Carta ao diretor da Escola Profissional Municipal Sr. Pascoal de Muzio. Numero 113. Jundiaí, 14 de junho de 1946.

FOOT, Nelson. Carta ao Inspetor da Zona Paulista no. 53 dist. 121-10/2, Jundiaí 8 de abril de 1958.

FOOT. Nelson. Carta ao Inspetor da zona paulista sobre a distribuição de “informações técnicas numero 6”. Ref p-2 no 68. Jundiaí 28 de abril de 1958.

FOOT, Nelson. Carta ao inspetor da zona 3 – Divisão de Ensino. Ref. 3.2 Numero 40 Dist. 121-10/3. Jundiaí, 19 de maio de 1961.

FOOT, Nelson. Carta ao inspetor da zona 3. Ref. 3.2 Numero 44 Dist. 121-10/3. Jundiaí, 31 de maio de 1961.

GUIMARÃES, Atahualpa. Carta ao diretor Nelson Foot. São Paulo, 15 de janeiro de 1944.

GUIMARAES, Atahualpa. Cópia do memo DE-1071, de 14/11/44 enviada ao diretor do SENAI de Jundiaí Sr. Nelson Foot. São Paulo, 16 de novembro de 1944.

GUIMARAES, Atahualpa. Carta ao diretor da instituição Nelson Foot. Ref. 121/04/0 No. 9 Dist. P-II-1. São Paulo, 08 de janeiro de 1945

GUIMARÃES, Atahualpa. Carta do chefe da Divisão de Ensino ao SENAI Jundiaí. Ref. 121/04/0 No. 1025. São Paulo, 18 de outubro de 1945

LATORRE, Luis. Convite para inauguração da placa do nome da rua. 9 de dezembro de 1955.

MANGE, Roberto. Carta enviada aos Diretores da Fiação e Tecelagem Sant'Ana. São Paulo 12 de outubro de 1949.

MENEZES, José Ribeiro Filho. Carta enviada ao diretor do SENAI de Jundiaí SR. Nelson Foot. São Paulo, 16 de fevereiro de 1944.

MENEZES, José Ribeiro Filho. Comunicação sobre o levantamento cadastral das indústrias de Jundiaí. Numero 268. Campinas, 03 de janeiro de 1945.

MENEZES, José Ribeiro Filho. Carta ao Chefe da Divisão de Ensino. Numero 544. Campinas, 14 de abril de 1945.

Prefeitura Municipal de Jundiaí (PMJ), Carta do prefeito Omar Zomignani ao diretor Nelson Foot, numero GP 1418/61, 28 de agosto de 1961 (A)

Prefeitura Municipal de Jundiaí (PMJ), Carta do prefeito Omar Zomignani ao diretor Nelson Foot, numero GP 2073/61, 20 de dezembro de 1961(B).

QUEIROZ, Dario. Carta do Delegado Regional de Ensino ao Diretor da Escola SENAI de Jundiaí em 11 de outubro de 1958.

SENAI. Comemorações dos 25 anos do SENAI - O SENAI de São Paulo

SENAI. O SENAI nos seus 25 anos. 1942-1967.

SENAI. Registro de empregado do primeiro diretor do SENAI em 24 de junho de 1943

SENAI. Discurso do Sr. Nelson Foot durante a solenidade de inauguração da escola. 01 de maio de 1944

SENAI. Informativo SENAI, 1945

SENAI. Comunicação da Inspetoria da Zona Paulista – Dados estatísticos, 1946.

SENAI. Inspetoria da Zona Paulista. Relatório anual do ano de 1947.

SENAI. Ata de reunião dos empregados da escola P-2, em Jundiaí, 08 de setembro de 1947.

SENAI. Inspetoria da Zona Paulista. Relatório anual do ano de 1948.

SENAI. Inspetoria da Zona Paulista. Relatório anual do ano de 1949.

SENAI. Visto pelo diretor Nelson Foot. Relação dos alunos que viajam para assistirem as aulas. 06 de fevereiro de 1952

SENAI. Visto pelo diretor Nelson Foot. Relação dos alunos que viajam para assistirem as aulas. 16 de agosto de 1952.

SENAI. Visto pelo diretor Nelson Foot. Relação dos alunos que viajam para assistirem as aulas. 30 de abril de 1953

SENAI. Visto pelo diretor Nelson Foot. Relação dos alunos que viajam para assistirem as aulas. Setembro de 1953

SENAI. Visto pelo diretor Nelson Foot. Relação dos alunos que viajam para assistirem as aulas. 8 de fevereiro de 1954

SENAI. Convite de formatura dos cursos concluintes de 1958.

SENAI. Informativo SENAI, 1960.

SENAI. Reportagem de inauguração da escola SENAI no Anhangabaú 1961. "INAUGURADA A ESCOLA SENAI DE JUNDIAÍ"

SENAI. Relação das indústrias existentes no município de Jundiaí com mais de cem empregados 03 de maio de 1961.

SENAI de Jundiaí – 30 de agosto de 1961.

SENAI. Comunicação interna da inspetoria de zona número 121-10/3 de 24 de março de 1962.

VOLKSWAGEN DO BRASIL. Carta ao diretor Nelson Foot. São Bernardo do Campo, 2 de janeiro de 1961.

Jornal “A COMARCA”

A COMARCA. Creada a escola profissional de Jundiaí. Número 1784. 03 de janeiro de 1943.

A COMARCA. Escola Profissional. Número 1780. 17 de janeiro de 1943

A COMARCA. Escola Profissional. Número 1785. 04 de fevereiro de 1943

A COMARCA. Curso de Adestramento Textil. Número 1884. 16 de janeiro de 1944

A COMARCA. A Vila Arens. Número 1896. 27 de fevereiro de 1944

A COMARCA. Escola SENAI. Número 1914. 30 de abril de 1944

A COMARCA. Inauguração da Escola SENAI. Número 1915. 04 de maio de 1944

A COMARCA. Escola SENAI. Número 1941. 03 de agosto de 1944

Jornal da Cidade de 20.08.1992 – “SENAI de Jundiaí fica aberto no sábado á visitação pública”

Jornal da Cidade de 07.04.2004

Jornal da Cidade de 23.04.2004 – “Escola abre suas portas ao público”

Jornal Domingo Especial de 28.05.1989 – “Indústria Cerâmica de Jundiaí produz 5 milhões de peças”.

Jornal Expressão de 07.05.2004 – “60 anos do SENAI Jundiaí”

Jornal de Jundiaí de 06.04.2004 – “SENAI/Jundiaí comemora 60 anos com ampla programação”

IMPrensa. Inaugurada a escola SENAI de Jundiaí, 1961.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, L. S. *Uma civilização sem alma?: educação e revolução passiva*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2005. Disponível na Biblioteca Digital da Unicamp em: <<http://cutter.unicamp.br/>>. Acessado em: 24/11/2010.

CIPOLATO, A. *Jundiaí na história*. Jundiaí – SP: Editora Japi, 1994. 119 p.

CUNHA, A. L.. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo/Brasília: Editora da UNESP/FLACSO, 2000. (a) 190 p.

CUNHA, A. L.. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo/Brasília: Editora da UNESP/FLACSO, 2000. (b) 243p.

CUNHA, A. L.. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo/Brasília: Editora da UNESP/FLACSO, 2005. 270p.

DAE S/A. Disponível em: <http://www.daejundiai.com.br/daesite/porta1.nsf/V03.02/dae_empresa_historia?OpenDocument>. Acessado em: 22/02/2011.

DIAS, J. J. A. [et al.] . *O giz e a graxa: meio século de educação para o trabalho*. São Paulo, SP: SENAI, 1992, 259p.

FALVO, J. F. *Reestruturação do modelo de formação profissional do SENAI-SP*. Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2001. Disponível na Biblioteca Digital da Unicamp em: <<http://cutter.unicamp.br/>>. Acessado em: 24/11/2010.

FAUSTO, B. *História Concisa do Brasil*. 2ª ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2011. 324p.

GATTOLINI, G. G.. *A história de Jundiaí*. 3ª Edição. Jundiaí/SP: Ed. Calíope, 1998.

LOMBARDI, J. C. e NASCIMENTO, M. I. M ,(orgs.), *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004. (Coleção Memória da Educação). 226p.

Manifesto dos pioneiros da Educação Nova, “A reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo”, 1932. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf>. Acessado em: 15/08/2012.

MARQUES, J. R. *Jundiaí um impasse regional – O papel de Jundiaí entre duas regiões metropolitanas: Campinas e São Paulo*. Dissertação de mestrado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. São Paulo, 2008. Disponível na Biblioteca Digital da USP em: <<http://www.teses.usp.br/>>. Acessado em: 24/11/2010.

MENDES, L. O. *Expansão do capital, territorialidade do trabalho e as respostas do SENAI em Catalão (GO) no século XXI: uma contribuição à Geografia do Trabalho*. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente, 2007. Disponível na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UNESP em: <<http://unesp.br/cgb/conteudo.php?conteudo=562>>. Acessado em: 24/11/2010.

MICELI, P. C. e PAZZINATO, A. L. *SENAI – SP: 65 anos de um sistema educacional conseqüente*. São Paulo: SENAI, 2007, 191p.

MULLER, M.T. *A lousa e o torno: A escola SENAI Roberto Mange, de Campinas*. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2009. Disponível na Biblioteca Digital da Unicamp em: <<http://cutter.unicamp.br/>>. Acessado em: 24/11/2010.

NASCIMENTO, M. I. M. [et al.], (orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG. 2007. (Coleção memória da educação). 266p.

NOSELLA, P. e BUFFA, E. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009. 87p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. Disponível em: <http://www.jundiai.sp.gov.br/PMJSITE/portal.nsf/V03.02/cidade_historia?OpenDocument>. Acessado em: 22/02/2011.

ROCHA, P. A. S. *O SENAI na Constituição da identidade de seus alunos: um estudo sobre egressos que se tornaram instrutores*. Tese de doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível na Biblioteca Digital da PUC – SP em: <<http://www.sapientia.pucsp.br/>>. Acessado em: 24/11/2010.

ROMANELLI, O. de O. *História da Educação no Brasil*. (1930/1973). 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 267p.

SANFELICE, J. L.. *Da pedagogia colonial à Educação mercantilista*. In: Educação e diálogo. Encontros com educadores em Várzea Paulista. Jaboticabal: Funep, 2011.

SANFELICE, J. L.. *História de Instituições escolares e micro história*. Revista HISTEDBR On-line, v. 39, p. 32- 41, 2010.

SANFELICE, J. L.. *História, instituições escolares e gestores educacionais*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p. 20- 27, ago. 2006.

SCHNEIDER, M. *Jundiaí na História*. São Paulo: Porto de Ideias, 2008. 303 p.

SENAI JUNDIAÍ. Disponível em: <http://www.sp.SENAI.br/jundiai/Webforms/Interna.aspx?secao_id=4>. Acessado em: 25/11/2010.

SILVA, L. P. *O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI de Montes Claros/MG: formação profissional e novas formas de organização do trabalho capitalista*. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social, Montes Claros, 2007. Disponível na Biblioteca Digital da Unimontes em: <<http://pergamum.unimontes.br/>>. Acessado em: 24/11/2010.

SILVA, L. P.. *Formação profissional no Brasil: o papel do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI*. Revista História, Vol. 29. nº 1, Franca, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742010000100022&script=sci_arttext>. Acessado em 11/02/2011.

SOUZA, D. P. *“Novo” modelo de formação no SENAI*. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2006. Disponível na Biblioteca Digital da Unicamp em: <<http://cutter.unicamp.br/>>. Acessado em: 24/11/2010.

TOMANIK, G. B. *As fotos, os traços e a História*. Jundiaí-SP: Editora Literarte, 2005. 209 p.

TREMEL, Vera H. F. (Coordenação editorial). *De Homens e Máquinas: Roberto Mange e a Formação Profissional*. vol. 1. Projeto Memória SENAI - SP, 1991, 208 p.

ANEXO 1

Documentação Iconográfica (Arquivo SENAI “Conde Alexandre Siciliano”).



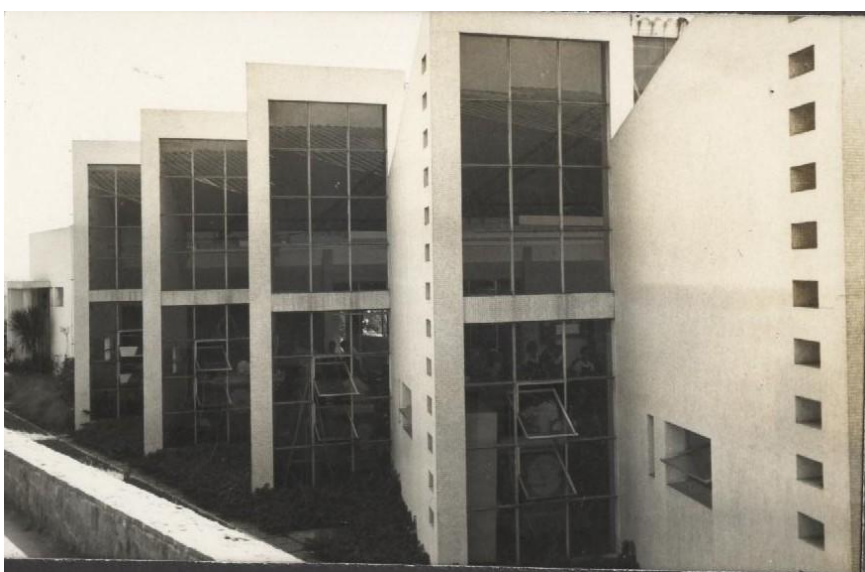
CARTEIRINHA SENAI (1956)



FORMANDOS (1958)



OFICINA METALMECANICA (1958)



OFICINA METALMECANICA (1958)



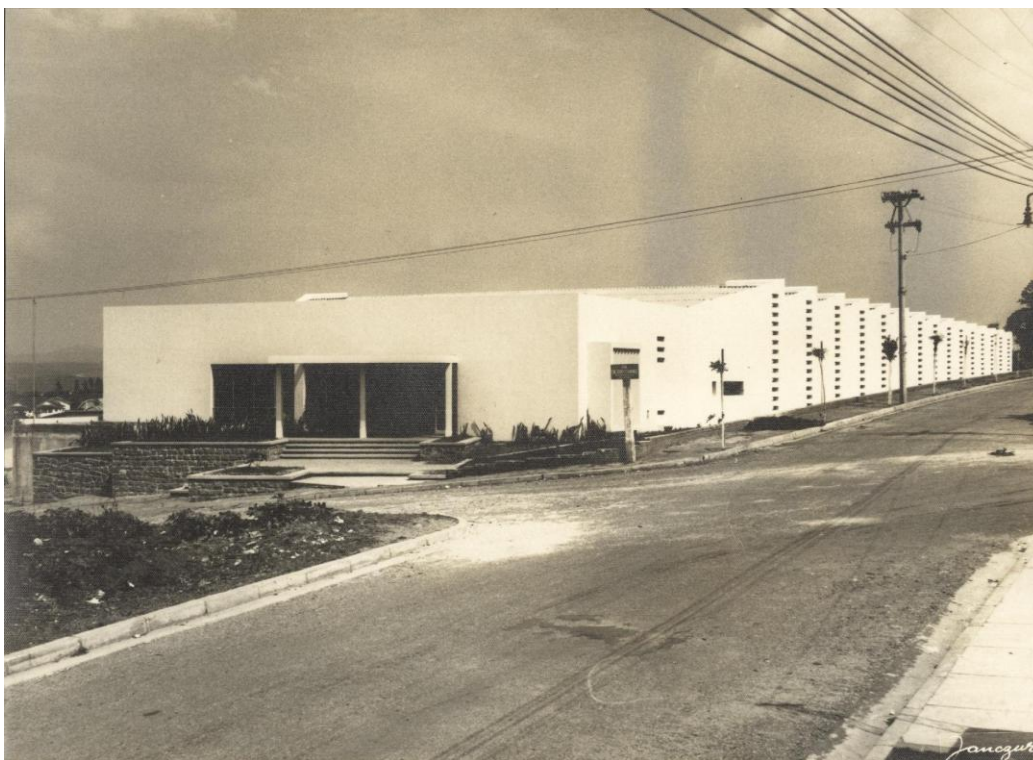
OFICINA METALMECANICA (1958)



OFICINA METALMECANICA (1958)



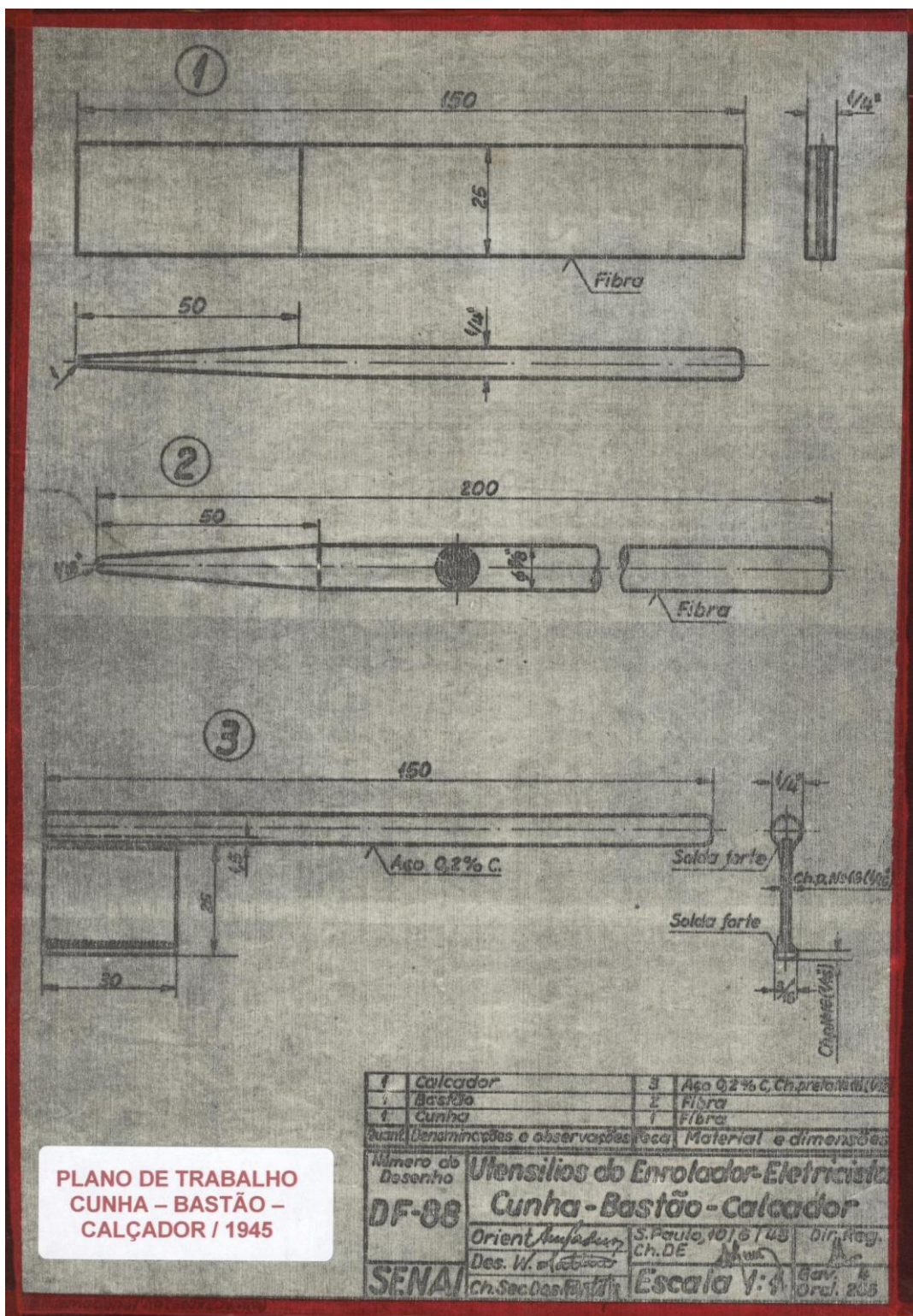
FACHADA LATERAL DA ESCOLA (1958)



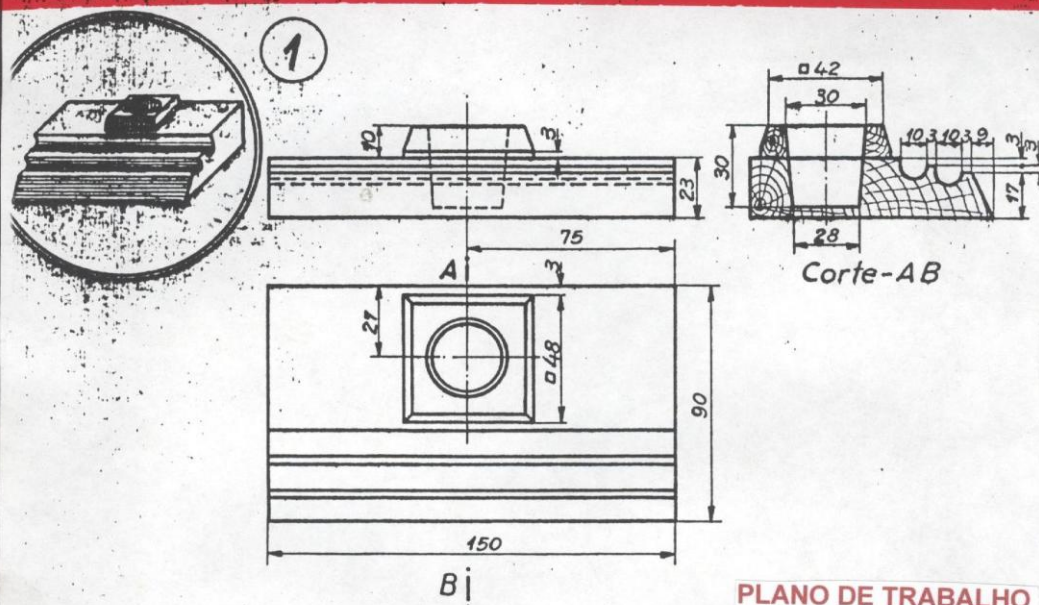
VISTA FRONTAL DA ESCOLA (1958)



DESFILÉ 7 DE SETEMBRO (1948)



PLANO DE TRABALHO – CUNHA – BASTÃO CALÇADOR (1945)



PLANO DE TRABALHO
SMO – TRABALHOS EM
MADEIRA / 1946

Operações	Ferramentas
1 Aparelhar 2 peças nas medidas do desenho	Serrote, Serrote de costa, Plaina,
2 Riscar as duas caneluras, o chanfro e o furo para o tinteiro	Goiva, Arco de pua, Puas, For-
3 Aplainar e cortar as caneluras	mão, Raspadeira,
4 Abrir o furo para o tinteiro e ajustá-lo com auxílio da goiva	Esquadro, Grami-
5 Marcar e furar com pua o assento do tinteiro, alargando e ajustando-o com auxílio da goiva	nho, Metro, Suta,
6 Sutar e lixar os 4 lados do assento	Macete, Bastão.
7 Lixar as 2 peças e colar	

			Pinho 24 x 95 x 155 mm	PI-24x95x155
			Pinho 10 x 50 x 50 mm	PI-10x50x50
1	Tinteiro	1	Tinteiro de baquelite	
ant. peças	Denominações e observações	Peça	Material e dimensões	Código
SÉRIE METÓDICA DE APRENDIZAGEM: -SMV- Trabalhos em madeira				
Curso	Tinteiro			Nº do Desenho
FNAI	Orient. técn. Des. Paulo	Ch. Sec. Des. Costa	S. Paula 7/7/46 Chefe DE	Dir. Reg. Escala 1:2
				Gav. 17 Ord. 0-142

PLANO DE TRABALHO SÉRIES METÓDICAS (1946)